



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Câmpus de Marília

Beatriz Antonello Cunha

**O impacto psicossocial e os desafios de reintegração de crianças-soldado na  
República Democrática do Congo**

Marília  
2024

Beatriz Antonello Cunha

**O impacto psicossocial e os desafios de reintegração de crianças-soldado na  
República Democrática do Congo**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilár

Marília  
2024

C972i Cunha, Beatriz  
O impacto psicossocial e os desafios de reintegração de crianças-soldado na República Democrática do Congo / Beatriz Cunha. -- Marília, 2024  
68 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar

1. Crianças-soldado. 2. Conflitos. 3. Reintegração. 4. Traumas. I. Título.

Beatriz Antonello Cunha

**O impacto psicossocial e os desafios de reintegração de crianças-soldado na  
República Democrática do Congo**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar  
UNESP – Câmpus de Marília  
Orientador

Mestranda Julia Henrique Lira  
Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas

Mestranda Julia Mori Aparecido  
Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas

Marília, 12 de dezembro de 2024.

Aos meus pais, que insistem em não desistir de mim, mesmo quando eu já desisti.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus e à espiritualidade por terem me auxiliado na minha jornada até o presente momento. Foram inúmeras vezes que pensei em desistir e colocar tudo a perder, mas, graças à mão divina, consegui permanecer até o final.

Aos meus pais, Célia e Robson, obrigada por me auxiliarem na minha estadia em Marília e por serem pais tão compreensíveis. Mãe, obrigada por me ensinar diariamente a conquistar o meu lugar no mundo e a ter outros olhos para as dificuldades, me mostrando que a vida é muito melhor quando enxergamos os desafios com positividade. Pai, obrigada por me inspirar a dar o meu melhor e a batalhar por meus ideais mesmo que existam pessoas para me desacatar. Obrigada por me deixarem ser filha de vocês nessa encarnação, mesmo que às vezes eu acho que não mereça tanto amor. Um dia quero ser 1% do que vocês são para mim.

Ao meu irmão, Lucas, que mesmo distante sempre fez questão de me ouvir e se importar comigo. Obrigada por ser o melhor irmão do mundo e obrigada por desejar ter uma irmã.

Às minhas avós, Durvalina e Neusa, obrigada pela particularidade de cada uma e por serem avós tão amorosas apesar das adversidades que enfrentaram na vida

À minha segunda família de Marília, Ana Eliza Tsunashima, Felipe Silva, Gabriel Carvalho, Leticia Loprete, Lucas Costa e Luiza Bueno. Obrigada por me levantarem sempre que eu mais precisei e obrigada por serem tão únicos. Vocês foram minha âncora nesses três anos em Marília e jamais conseguirei expressar minha gratidão do jeito que vocês merecem. Obrigada por escutarem minhas reclamações e por enxugarem minhas lágrimas, levarei a particularidade de cada um para sempre em meu coração. Sou eternamente grata por não desistirem de mim.

Às minhas amigas de Araçatuba, Ana Carolina Silva, Beatriz Onodera, Lara Seidel e Giovana Zago, saibam que vocês foram fundamentais em cada etapa da minha jornada, iluminando meus dias com o apoio e companheirismo de cada uma.

Agradeço à banca examinadora, composta pelas bacharelas Julia Henrique Lira e Julia Mori Aparecido e em especial agradeço ao meu orientador, Sérgio Aguilar, pela paciência para lidar com meus inúmeros questionamentos e por todo conhecimento transmitido nesses quatro anos.

Por fim, agradeço a mim mesma pela perseverança e resiliência diante de todas os obstáculos dos últimos anos. Talvez a Beatriz de quatro anos atrás nem acredite, mas nós conseguimos!

*“As crianças são tanto a razão pela qual lutamos para eliminar os piores aspectos da guerra quanto nossa melhor esperança de sucesso nessa luta.”*

*Graça Machel (1996, p. 9)*

## RESUMO

O presente trabalho investiga o uso de crianças em conflitos armados, especialmente na República Democrática do Congo (RDC), evidenciando as consequências imediatas e de longo prazo dessa prática. A relevância deste tema é evidente diante do aumento do número de crianças recrutadas para conflitos armados e da intensidade das violações que sofrem. Dessa forma, o estudo adota uma abordagem qualitativa, analisando dados e documentos de organismos internacionais como a ONU, com foco nos impactos psicológicos, físicos e sociais enfrentados pelas crianças e nas ações de reintegração à sociedade. Inicialmente, contextualiza a RDC desde a colonização belga até a atual instabilidade política, revisando fatores que fomentam o recrutamento infantil. Posteriormente, analisa o desenvolvimento infantil em zonas de guerra, destacando os transtornos psicológicos desenvolvidos por crianças nesses contextos. Por fim, avalia iniciativas como o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), apontando avanços e desafios na proteção das crianças e na promoção da paz.

**Palavras-chave:** crianças-soldado; República Democrática do Congo; impactos psicológicos; reintegração.

## **ABSTRACT**

This paper investigates the use of children in armed conflicts, especially in the Democratic Republic of the Congo (DRC), highlighting the immediate and long-term consequences of this practice. The relevance of this topic is evident given the increase in the number of children recruited for armed conflicts and the intensity of the violations they suffer. Thus, the study adopts a qualitative approach, analyzing data and documents from international organizations such as the UN, focusing on the psychological, physical and social impacts faced by children and the actions of reintegration into society. Initially, it contextualizes the DRC from Belgian colonization to the current political instability, reviewing factors that encourage child recruitment. Subsequently, it analyzes child development in war zones, highlighting the psychological disorders developed by children in these contexts. Finally, it evaluates initiatives such as the Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) program and the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO), pointing out advances and challenges in the protection of children and the promotion of peace.

**Keywords:** child soldiers; Democratic Republic of the Congo; psychological impacts; reintegration.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AFDL</b>	<i>Alliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire</i>
<b>BVSES</b>	<i>Bureau pour le Volontariat au Service de l'Enfance et de la Santé</i>
<b>CICV</b>	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
<b>DDR</b>	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
<b>FARDC</b>	Forças Armadas da República Democrática do Congo
<b>MONUC</b>	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
<b>MONUSCO</b>	Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo
<b>MPR</b>	Movimento Popular da Revolução
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONUC</b>	Missão das Nações Unidas no Congo
<b>RDC</b>	República Democrática do Congo
<b>RPF</b>	<i>Rwandan Patriotic Force</i>
<b>TEPT</b>	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
<b>UNAMID</b>	Operação Híbrida da União Africana e Nações Unidas em Darfur
<b>UNICEF</b>	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>RAZÕES HISTÓRICAS E SOCIOPOLÍTICAS DO RECRUTAMENTO DE CRIANÇAS-SOLDADO NO REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>A Colonização belga no Congo</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>A República do Congo</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>O genocídio de Ruanda e sua influência nos conflitos do Congo</b>	<b>19</b>
<b>2.4</b>	<b>Primeira Guerra do Congo</b>	<b>21</b>
<b>2.5</b>	<b>Segunda Guerra do Congo</b>	<b>22</b>
<b>2.6</b>	<b>Fatores Sociopolíticos que contribuem para o recrutamento de crianças nos conflitos e o papel das forças armadas e grupos rebeldes no recrutamento infantil</b>	<b>25</b>
<b>2.7</b>	<b>A pressão internacional para a não utilização de crianças nos conflitos</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E FÍSICAS EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>O desenvolvimento infantil em zonas de guerra</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Consequências psicológicas do recrutamento forçado de crianças</b>	<b>35</b>
<b>3.3</b>	<b>Impactos físicos e sociais de crianças em situação de guerra</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS-SOLDADO NA RDC</b>	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>O papel da MONUSCO na proteção de crianças envolvidas em conflitos armados</b>	<b>43</b>
<b>4.2</b>	<b>A proteção das crianças-soldado pelo Direito Internacional Humanitário, a função do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a intervenção do Conselho de Segurança da ONU</b>	<b>45</b>
<b>4.2.1</b>	<b>O Programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)</b>	<b>48</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Os impactos da campanha "Crianças, não Soldados" da ONU na RDC.</b>	<b>51</b>
<b>4.3</b>	<b>Os desafios enfrentados pela RDC para garantir a proteção internacional das crianças</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde de 2002<sup>1</sup>, define violência como o uso intencional da força física ou poder contra outra pessoa, grupo ou comunidade, podendo resultar em lesões físicas, óbitos, danos psicológicos, deficiência ou privação ao desenvolvimento. Ao classificar os conflitos armados como uma forma de violência coletiva e política, a OMS destaca as graves consequências dessas ações para indivíduos, famílias, comunidades e países inteiros. Essas consequências, aliás, podem ser imediatas ou se manifestar a longo prazo.

O uso de crianças em conflitos armados não é um problema recente, mas vem sofrendo um aumento significativo nas últimas décadas. São milhares de menores envolvidos em dezenas de países, principalmente na África e no Oriente Médio. Estima-se que existam ao menos 300 mil crianças envolvidas em conflitos armados internacionais - as crianças-soldado<sup>2</sup> - além de um grande número de crianças que não se encaixam nessa definição, mas estão igualmente envolvidas em situações de violência armada. Diante da magnitude desse problema, o presente trabalho se concentra em um caso específico: a situação das crianças-soldado na República Democrática do Congo (RDC). Devido ao seu vasto território e aos conflitos prolongados, a RDC se destaca como um dos países com maior incidência dessa grave violação aos direitos humanos.

Diante desse cenário, a reintegração dessas crianças às comunidades e à sociedade civil se torna a principal preocupação deste trabalho. O estudo da reintegração é relevante, não só pela quantidade de indivíduos que compõem esse grupo social afetado pela violência, mas também por se tratar de uma questão de Direitos Humanos e, mais especificamente, Direitos da Criança. O processo de reintegração é essencial para a garantia da paz nas sociedades afetadas por conflitos. Portanto, seu estudo se faz necessário.

Através da pesquisa qualitativa, é possível compreender as nuances e complexidades do uso das crianças como combatentes de guerra, considerando as especificidades do contexto congolês. Para isso, utilizamos uma coleta de dados, por meio de uma revisão bibliográfica de documentos oficiais de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), além de tratados e artigos científicos. Além disso, o período temporal delimitado para a pesquisa compreende, principalmente, a era pós-Guerra Fria e os anos 1990, momento em

---

<sup>1</sup>Krug EG et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.

<sup>2</sup>FUNDAÇÃO ABRINQ. **População estimada pelo IBGE segundo faixas etárias**.

que se observa a emergência de novos tipos de conflitos, caracterizados pela proliferação de armas leves e pela crescente utilização de crianças como combatentes.

Estima-se que dois milhões de crianças tenham perdido a vida e vinte e cinco milhões tenham sido afetadas de alguma forma por esses conflitos armados da década de 1990<sup>3</sup>, que se caracterizaram por um forte componente identitário, intensificado pelas pressões da globalização. Diante desse cenário de violência generalizada, as crianças se tornaram um dos grupos mais vulneráveis, sujeitas a uma série de violações de direitos. Sejam atacadas diretamente, separadas de suas famílias ou forçadas a viver em meio à destruição, as crianças são frequentemente recrutadas para grupos armados ou se veem obrigadas a ingressar nesses grupos em busca de proteção ou sobrevivência.

Desse modo, as perguntas que movem a pesquisa são: quais os impactos psicológicos e físicos causados nas crianças utilizadas em conflitos armados? E o que é feito para que elas se reintegrem plenamente à sociedade?

O primeiro capítulo deste trabalho teve como objetivo estabelecer as bases históricas que propiciaram a utilização de crianças como soldados na RDC. A partir da Conferência de Berlim, em 1882, que desencadeou a partilha da África, a RDC foi submetida a um processo de colonização belga que deixou profundas marcas em sua sociedade e instituições. Após a independência, o país vivenciou um período de instabilidade política e econômica, marcado por conflitos internos e a ascensão de líderes autoritários que se aproveitaram da riqueza mineral do país para enriquecer pessoalmente, à custa da população. É nesse contexto de desigualdade social, instabilidade política e fragilidade das instituições que o recrutamento e a utilização de crianças em conflitos armados se tornaram práticas recorrentes. Apresentamos o conceito de criança-soldado e as formas de seleção e recrutamento dessas crianças, bem como os treinamentos a que são submetidas para se tornarem soldados.

No segundo capítulo, abordaremos o desenvolvimento infantil em zonas de guerra. Isso porque a infância, período crucial para o desenvolvimento humano, é severamente comprometida em contextos de conflito armado. Crianças recrutadas para grupos armados são expostas a uma série de violências que deixam marcas profundas e duradouras em sua saúde física e mental. As consequências dessa exposição são diversas: transtornos mentais como o estresse pós-traumático, depressão e ansiedade são comuns. Além disso, essas crianças sofrem com ferimentos físicos, doenças, dificuldades de aprendizado e exclusão social. A problemática reside no fato de que crianças que crescem em ambientes comunitários violentos ou negligentes

---

<sup>3</sup>SINGER, P. W. (2006). **Children and War**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

são mais propensas a serem recrutadas por grupos armados que oferecem uma falsa sensação de segurança e pertencimento, como uma forma de compensar as carências afetivas e a falta de proteção.

Por fim, com base em dados e estatísticas apresentados nos relatórios do Secretário-Geral da ONU sobre crianças e conflitos armados, o último capítulo aborda a dificuldade da RDC em garantir a segurança de sua população, especialmente das crianças. Apesar dos desafios, o texto também apresenta as iniciativas implementadas por organismos internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo (MONUSCO) e o Programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), que visam mitigar os impactos da violência e promover a paz no país. Ao analisar as ações dessas instituições, buscamos identificar as lacunas e os avanços na proteção das crianças e na construção de um futuro mais promissor para a RDC.

## 2 RAZÕES HISTÓRICAS E SOCIOPOLÍTICAS DO RECRUTAMENTO DE CRIANÇAS-SOLDADO NO REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Crianças são utilizadas como soldados em conflitos armados há muitos anos, mas foi a partir de 1990 que esse fato ganhou mais notoriedade no sistema internacional. Em 1989, com a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, as crianças passaram a ser reconhecidas como sujeitos que necessitam de proteção específica no âmbito do Direito Internacional. Assim, os artigos 38 e 39 desta convenção abordam diretamente a situação das crianças em conflitos armados. Paralelamente, o Direito Internacional Humanitário também assegura uma proteção especial a essas pessoas vulneráveis.<sup>4</sup>

Apesar dos progressos nas normas de proteção, o recrutamento de menores de 18 anos por grupos armados, milícias, facções e, em alguns casos, até pelo próprio exército nacional, continua a ser uma realidade. Como destacou Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU, em 2008:

O recrutamento forçado e o uso de crianças como soldados é um dos mais assustadores abusos aos direitos humanos no mundo hoje. Milhares de crianças estão sendo exploradas. Todos os dias, elas são forçadas a suportar e a provocar violência, algo que nenhuma criança deve experimentar. Isto é inaceitável. O recrutamento e uso de crianças em guerras é uma violação ao direito internacional. Também é uma violação aos nossos mais básicos padrões de decência humana. Todo o Sistema das Nações Unidas e eu estamos determinados a acabar com este abuso.<sup>5</sup>

Este capítulo explora justamente a questão do recrutamento de crianças-soldado na RDC, com o objetivo de investigar os fatores que levam ao alistamento forçado das crianças congoleesas.

O nome "Congo" deriva da palavra "encontro" na língua *Kinkongo*, falada pelo povo do antigo reino do Kongo. Atualmente, a RDC possui uma população de 74,8 milhões de habitantes<sup>6</sup> e é o terceiro maior país da África, com uma área de 2.345.409 km<sup>2</sup><sup>7</sup> e sua capital,

<sup>4</sup>FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10127.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm). Acesso em 01 maio 2024.

<sup>5</sup>ONU. **A ONU e as crianças**. 2010. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/acao/criancas/>. Acesso em: 09 maio 2024.

<sup>6</sup>WORLD BANK. **Democratic Republic of Congo**. Disponível em: [http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep#cp\\_wdi](http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep#cp_wdi). Acesso em: 07 maio 2024.

<sup>7</sup>MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo: RDC**. 2011. p. 21. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

Kinshasa, é a cidade com a maior população de falantes de francês no continente africano.<sup>8</sup> Além disso, é um território de vastas riquezas minerais, como urânio, cobre, cobalto e diamantes, com reservas estimadas em 24 trilhões de dólares desses minérios.<sup>9</sup>

Sanjay Seth, historiador indiano, argumenta que o período colonial é um elemento fundamental na história de um país, destacando a importância desse contexto para compreender sua trajetória. Portanto, para entender como a RDC passou a ter um número significativo de crianças envolvidas em conflitos armados, é essencial explorar as raízes estabelecidas durante sua era colonial.<sup>10</sup>

## 2.1 A Colonização belga no Congo

A Conferência de Berlim, em 1885, marcou a partilha oficial do continente africano (enquanto colônia) entre diversos Estados europeus como se ninguém ocupasse as terras divididas. O objetivo contemplava o imperialismo marcado pela incessante busca de aumentar seus territórios e explorar as riquezas provenientes da África. Foram ignoradas completamente as diferenças étnicas e culturais entre os povos africanos, de modo que as colonizações africanas foram organizadas obedecendo somente os interesses colonialistas. Dessa forma, diversas tribos em um mesmo território estão suscetíveis a entrarem em conflito até os dias atuais.<sup>11</sup>

Nessa divisão, a atual RDC foi atribuída à Bélgica de Leopoldo II, em 1876<sup>12</sup>. O rei Leopoldo II transformou o Congo em sua colônia pessoal, ignorando completamente a história e os costumes dos povos que ali habitavam. Motivado pela imensa riqueza em minerais como ouro, diamante e borracha, ele instaurou um regime de exploração brutal. As terras foram divididas e vendidas, e a população local foi submetida a trabalhos forçados, com metas irreais e punições cruéis para quem não as alcançasse. Torturas, mutilações e repressão generalizada

---

<sup>8</sup>**Congo Belga:** a brutalidade transformada em genocídio | Agemt | Jornalismo PUC-SP. Pucsp.br. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/congo-belga-brutalidade-transformada-em-genocidio#:~:text=Em%201908%2C%20a%20press%C3%A3o%20das,30%20de%20junho%20de%201960>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>9</sup>*Ibidem.*

<sup>10</sup>SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. **Millenium: Journal of International Studies** 2011. 05 ago. 2011. Disponível em: <http://mil.sagepub.com/content/40/1/167>. Acesso em: 05 maio 2024.

<sup>11</sup>LUZ, Natalia da. **República Democrática do Congo:** a independência do país que viveu um dos mais cruéis regimes coloniais da África. jun. 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/republica-democratica-congo-54-anos-de-independencia-pais-que-viveu-um-dos-mais-cruéis-regimes-coloniais-da-africa>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>12</sup>AUSTRIAN CENTRE FOR COUNTRY OF ORIGIN AND ASYLUM RESEARCH AND DOCUMENTATION (ACCORD). **Democratic Republic of the Congo:** 5th UNHCR Country of Origin Information Workshop. maio 2000. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/402d01524.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

marcaram esse período, que resultou na morte de mais de 13 milhões de pessoas. Em 1908, diante da pressão internacional, Leopoldo II transferiu o controle do Congo para a Bélgica, mas as marcas da exploração e do genocídio continuam a afetar o país até hoje.<sup>13</sup>

O domínio belga no Congo, que se estendeu até 1960, foi marcado por diversas atrocidades. Uma delas foi a proibição do ensino superior, visando impedir a formação de líderes locais e perpetuar a dependência da colônia em relação à Bélgica. Essa política resultou em uma população desprovida de profissionais qualificados em áreas como Direito e Medicina, tornando o país extremamente vulnerável à dominação estrangeira.<sup>14</sup>

O processo de independência do Congo, em 1960, foi marcado por uma série de crises políticas e sociais. A coincidência de um motim militar e de protestos populares pela liberdade durante esse período acelerou o processo de descolonização. No entanto, os belgas deixaram o país praticamente falido. A falta de consenso entre os líderes congolese sobre o futuro do país, combinada com a interferência de potências estrangeiras na Guerra Fria, contribuiu para a instabilidade política. Patrice Lumumba, considerado pró-soviético, e Moïse Tshombé, que buscava a secessão de Katanga (província no sul do Congo), disputavam o poder. Mobutu Sese Seko, inicialmente aliado de Lumumba, mas supostamente financiado pela CIA, desempenhou um papel crucial na desestabilização do governo. Sendo assim, a luta por controle e a rivalidade entre facções políticas tornaram a transição para a independência extremamente desafiadora.<sup>15</sup>

A independência foi apenas o primeiro passo de um longo processo de descolonização. O entusiasmo inicial logo deu lugar à dura realidade de um país subdesenvolvido, com uma economia dependente, instituições frágeis e uma população carente. Além disso, a herança colonial deixou marcas profundas na sociedade congolese, dificultando a construção de um Estado nacional forte e coeso. Ademais, a pressão internacional não foi suficiente para resolver os complexos desafios enfrentados pelo Congo após a independência.<sup>16</sup>

## 2.2 A república do Congo

---

<sup>13</sup>MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo**: RDC. 2011. p. 21. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>14</sup>*Ibidem*.

<sup>15</sup>**Democratic Republic of the Congo**: 5th UNHCR Country of Origin Information Workshop, Bratislava, 13-14 December 1999, Final Report | Refworld. Refworld. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/accord/2000/en/34640>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>16</sup>LUZ, Natalia da. **República Democrática do Congo**: a independência do país que viveu um dos mais cruéis regimes coloniais da África. jun. 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/república-democratica-congo-54-anos-de-independencia-pais-que-viveu-um-dos-mais-cruéis-regimes-coloniais-da-africa>. Acesso em: 15 maio 2024.

Com a independência do Congo, em 1960, nasceu a República Democrática do Congo e Patrice Lumumba assumiu o cargo de primeiro-ministro. No entanto, o novo país logo se viu mergulhado em instabilidades políticas. Ainda no primeiro mês de seu governo, Lumumba enfrentou uma rebelião. Além disso, para o líder congolês, a independência política não era suficiente para libertar o Congo da influência colonial. Ele acreditava que a verdadeira libertação da África só seria alcançada quando o continente deixasse de depender economicamente da Europa, declaração que gerou um certo descontentamento por parte dos investidores ocidentais presentes no país.<sup>17</sup>

Com o Congo à beira da guerra civil, a ONU interveio com uma força de paz, a Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC), a qual foi marcada por desafios e controvérsias. A prisão, desaparecimento e posterior assassinato de Patrice Lumumba, provavelmente com o envolvimento de agentes ocidentais, minaram a credibilidade da missão de paz. Ainda, a falha da ONU em proteger Lumumba e em promover a estabilidade política deixou uma profunda marca na história do Congo, contribuindo para a consolidação de um regime autoritário. Mobutu Sese Seko, que emergiu como líder após a guerra civil, inicialmente foi visto como um promotor da paz e da unidade nacional. No entanto, rapidamente consolidou seu poder, eliminando oponentes e estabelecendo um regime de partido único, o Movimento Popular da Revolução (MPR). Essa medida, apesar de trazer um período de relativa estabilidade, aprofundou as divisões internas do país.<sup>18</sup>

A ascensão de Mobutu se deu por meio de um golpe dissolvendo a Constituição e o Parlamento, em 1965.<sup>19</sup> Nesse período, Mobutu renomeia o Congo para “Zaire” e, a princípio, a chegada de Mobutu ao poder gerou expectativas de um futuro democrático no Congo. Entretanto, não foi assim que se seguiu. Seu regime, sustentado em três pilares fundamentais, moldou a trajetória política do país por mais de três décadas. Em primeiro lugar, o domínio absoluto do Estado era evidente na centralização do poder nas mãos de Mobutu e em sua capacidade de controlar todos os aspectos da vida pública. Outrossim, a repressão política, exercida por meio da polícia política e de prisões arbitrárias, silenciou a oposição e intimidou a sociedade civil. Por fim, a cooptação de membros da burguesia emergente para integrar o

---

<sup>17</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>18</sup>**Democratic Republic of the Congo**: Fifth UNHCR Country of Origin Information Workshop, Bratislava, 13-14 December 1999, Final Report | Refworld. Refworld. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/accord/2000/en/34640>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>19</sup>RAMME, Oliver. **1965: Mobutu dá golpe e se torna presidente do Congo**. nov. 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/1965-mobutu-d%C3%A1-golpe-e-se-torna-presidente-do-congo/a-335596>. Acesso em: 15 maio 2024.

regime, formando um círculo de confiança, garantiu a lealdade de importantes setores da sociedade e fortaleceu o poder de Mobutu. Essa estratégia, combinada com o culto à personalidade e a manipulação dos meios de comunicação, permitiu ao ditador manter-se no poder por um longo período.<sup>20</sup>

Mobutu Sese Seko, embora fosse um ditador, empreendeu iniciativas para fortalecer o Estado congolês. Investindo em infraestrutura, saúde, educação e na construção de um exército nacional, buscava consolidar seu poder.<sup>21</sup> No entanto, seus verdadeiros interesses estavam na exploração dos recursos minerais do país, visando o enriquecimento pessoal. Diante da ameaça de ser deposto, centralizou o poder em suas mãos, nomeando aliados para os cargos mais importantes, mesmo que esses não fossem qualificados a exercer tais funções<sup>22</sup>, o que gerou caos no panorama nacional. Como resultado, a corrupção se intensificou, e, em 1980, a dívida externa disparou, levando ao colapso das finanças públicas, à desvalorização da moeda e à hiperinflação, entre outras crises econômicas. Durante seu tempo no poder, Mobutu acumulou uma fortuna pessoal estimada em 14 bilhões de dólares, superando o próprio PIB do país na época.<sup>23</sup> Em suma, ele deixou a RDC em uma condição ainda mais precária do que antes de sua ascensão ao poder.

### 2.3 O genocídio de Ruanda e sua influência nos conflitos do Congo

O conflito mais intenso envolvendo a RDC desde sua independência teve início com o genocídio em Ruanda, ocorrido em 1994. Nesse país, existem duas etnias predominantes, os tutsis e os hutus, sendo os tutsis minoria no país, mas tinham mais poder. Durante o período colonial, a administração belga, que também comandava Ruanda, acentuou as diferenças entre esses grupos ao registrar a etnia de cada pessoa em suas carteiras de identidade, o que levou à

---

<sup>20</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>21</sup>*Ibidem.*

<sup>22</sup>*Ibidem.*

<sup>23</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra sem fim?** Conheça as raízes do conflito no Congo que em quase 20 anos matou 6 milhões de africanos. dez. 2013. Disponível em: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/267>. Acesso em: 30 maio 2024.

segregação em 1916.<sup>24</sup> Ao longo das décadas, isso provocou uma série de conflitos entre as duas etnias, com os hutus representando 85% da população.<sup>25</sup>

A princípio, o genocídio de Ruanda teve seu início desencadeado por um evento aparentemente isolado: a queda do avião que transportava os presidentes de Ruanda e Burundi, ambos hutus, em 6 de abril de 1994. Assim, a morte dos líderes políticos, em um atentado cuja autoria permanece incerta, serviu como estopim para a eclosão de uma violência premeditada e generalizada.<sup>26</sup>

Imediatamente após o atentado, rádios controladas por extremistas hutus iniciaram uma intensa campanha de propaganda, incitando a população contra a minoria tutsi. As transmissões, repletas de discursos de ódio e chamados à violência, desempenharam um papel crucial na mobilização de milícias e na disseminação do ódio étnico. Enfim, a morte dos presidentes, amplificada pela propaganda, foi utilizada como justificativa para a eliminação física dos tutsis.<sup>27</sup>

Entre abril e julho de 1994, mais de 800 mil pessoas, em sua maioria tutsis, foram brutalmente assassinadas. Além disso, milhões de outras foram forçadas a abandonar seus lares, buscando refúgio em países vizinhos, como a RDC. A organização do genocídio envolveu uma complexa rede de atores, incluindo militares, políticos, empresários e cidadãos comuns, que foram coagidos a participar dos massacres sob ameaça ou aliciados com promessas de recompensas.<sup>28</sup>

O genocídio de Ruanda foi interrompido pela *Rwandan Patriotic Force*<sup>29</sup> (RPF), composta majoritariamente por tutsis exilados. Então, a tomada da capital, Kigali, pela RPF em meados de julho de 1994, pôs fim aos massacres e instaurou um novo governo. A vitória da RPF desencadeou uma crise humanitária de proporções gigantescas. Temendo retaliações, cerca de dois milhões de hutus fugiram para o Zaire, atual RDC. Dessa maneira, a presença maciça de refugiados hutus na RDC, muitos dos quais estavam armados e vinculados a milícias responsáveis pelo genocídio, gerou instabilidade na região e intensificou o conflito étnico.

---

<sup>24</sup>BBC BRASIL. **Entenda os fatos que levaram ao genocídio em Ruanda.** dez. 2008. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218\\_entenda\\_genocidio\\_ruanda\\_mv.s](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218_entenda_genocidio_ruanda_mv.s). Acesso em: 30 maio 2024.

<sup>25</sup>BBC BRASIL. **Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias.** abr. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407\\_ruanda\\_genocidio\\_ms](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms). Acesso em: 30 maio 2024.

<sup>26</sup>KISANGANI, Ef. *Conflite in the Democratic Republic of Congo: A Moisaic of Insurgent Groups.* **International Journal on World Peace** set. 2003. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9637b943-e63c-4d6f-9116-790f7a0de1e6%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4106>. Acesso em: 30 maio 2024.

<sup>27</sup>*Ibidem.*

<sup>28</sup>*Ibidem.*

<sup>29</sup>Força Patriótica Ruandesa (tradução livre).

A RPF acusou o governo zaireense de conivência com as milícias hutus, permitindo que estas continuassem a perpetrar atrocidades em território congolês e a planejar ataques contra Ruanda. Por consequência, a RPF lançou uma série de ofensivas militares na RDC, desencadeando um conflito regional de longa duração. As guerras do Congo, como ficaram conhecidas, resultaram em milhões de mortes e deslocamentos, tornando-se um dos conflitos mais mortíferos da história pós-Guerra Fria.

## 2.4 Primeira Guerra do Congo

Como mencionado anteriormente, o genocídio de Ruanda em 1994 desencadeou uma série de eventos que culminaram na Primeira Guerra do Congo, que ocorreu de 1996 a 1997. A instabilidade regional e a presença de grupos armados em território congolês, incluindo muitos dos responsáveis pelos massacres em Ruanda, criaram um ambiente propício para a intervenção externa. Países vizinhos, como Uganda e Ruanda, com interesses estratégicos na região, aproveitaram a oportunidade para intervir no Congo. Com o apoio de outros atores regionais, como Burundi e Angola, e aliando-se à *Alliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire*<sup>30</sup> (AFDL), liderada por Laurent-Désiré Kabila, esses países lançaram uma ofensiva contra o regime de Mobutu.<sup>31</sup>

A justificativa para a intervenção externa era a necessidade de neutralizar a ameaça representada pelos grupos armados hutus que haviam se refugiado no Zaire após o genocídio. No entanto, os interesses estratégicos e a busca por controle sobre os recursos naturais do Congo também desempenharam um papel importante na decisão de intervir militarmente.<sup>32</sup>

Após dois anos de conflitos, as forças rebeldes, com o apoio estrangeiro, conseguiram derrubar o regime de Mobutu em 1997. Assim, Kabila ascendeu ao poder, dando início a um novo capítulo na história do Congo.<sup>33</sup>

É importante ressaltar que Mobutu estava com a saúde debilitada, o que contribuiu significativamente para a fragilidade do regime diante da ofensiva rebelde. A doença limitou

---

<sup>30</sup>Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (tradução livre).

<sup>31</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>32</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of the Congo**: The call for tough arms controls. jan. 2006. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/43fb25db4.html>. Acesso em: 18 jun. 2024

<sup>33</sup>*Ibidem*.

sua capacidade de liderar o país e minou a moral das forças armadas, já enfraquecidas pela corrupção e pela falta de investimento.<sup>34</sup>

Diante da invasão da AFDL, as tropas governamentais, desorganizadas e desmoralizadas, não ofereceram resistência eficaz. As cidades de Goma e Bukavu caíram rapidamente para os rebeldes, que avançaram em direção à capital, Kinshasa. Diante da iminência da derrota, Mobutu optou pelo exílio, fugindo para o Marrocos. Sem o apoio de seu líder, o regime entrou em colapso e Kinshasa foi ocupada pelas forças da AFDL, marcando o fim de quase três décadas de ditadura no Congo. A morte de Mobutu, ocorrida em setembro de 1997, em decorrência da sua doença, simboliza o fim de uma era.<sup>35</sup>

A Primeira Guerra do Congo, desencadeada pela rebelião da AFDL, culminou na deposição de Mobutu Sese Seko e na ascensão de Kabila ao poder em 1997. O conflito resultou em um saldo estimado de 200 mil mortos e provocou uma crise humanitária.<sup>36</sup> Esse conflito teve um caráter civil, mesmo sendo marcado pela agressão interestatal de outros estados como Ruanda, Uganda e Burundi. Além disso, marcou o início de um período de instabilidade e violência que perduraria por anos, com graves consequências para a população civil.<sup>37</sup>

A queda de Mobutu representou o fim de um regime ditatorial marcado por corrupção, nepotismo e exploração dos recursos naturais do país. No entanto, a esperança de uma nova era para o Congo logo se mostrou ilusória. A ascensão de Kabila ao poder não trouxe a estabilidade e o desenvolvimento prometidos, e o país continuou mergulhado em uma profunda crise política e econômica.<sup>38</sup>

## 2.5 Segunda Guerra do Congo

A Segunda Guerra do Congo, eclodida em 1998, logo após a deposição de Mobutu, é frequentemente referida como a “Grande Guerra da África” devido à sua escala e brutalidade. A guerra, que se prolongou até 2003, resultou em um dos maiores números de mortes em um

---

<sup>34</sup>MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo**: RDC. 2011. p. 21. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>35</sup>*Ibidem*.

<sup>36</sup>RAKE, Alan. Where Kabila went wrong. **New African**. mar. 2001. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=b5d8d428-a1e1-481c-baea-31a4c02c65b0%40sessionmgr4005&crllhashurl=login.aspx%253fdirect%253dtrue%2526hid%253d410>. Acesso em: 30 maio 2024.

<sup>37</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>38</sup>*Ibidem*.

conflito armado desde a Segunda Guerra Mundial, com estimativas que ultrapassam os quatro milhões de vítimas. Além disso, a guerra desencadeou uma profunda crise humanitária, marcada por massacres, estupros, deslocamento em massa da população e colapso das instituições estatais. Por fim, a inação da comunidade internacional e a ausência de uma resposta eficaz da ONU agravaram a situação, permitindo que o conflito se prolongasse por anos.<sup>39</sup>

A origem da Segunda Guerra do Congo pode ser atribuída à instabilidade política gerada pela ascensão de Kabila ao poder. Assim, a deposição de Mobutu Sese Seko em 1997 e a ascensão de Kabila ao poder marcaram uma nova etapa na história da RDC. Acresce que a renomeação do país, que voltou a se chamar RDC, simbolizou a ruptura com o regime anterior. No entanto, apesar das expectativas de um processo de democratização, Kabila consolidou um regime autoritário.<sup>40</sup> Embora tenha sancionado uma nova Constituição em 1998, como parte de um processo formal de transição para a democracia, o regime de Kabila não a implementou efetivamente. Dessa forma, priorizando seus interesses pessoais e partidários, o governo continuou a governar de forma autoritária, negligenciando as necessidades da população congolês.<sup>41</sup>

A deterioração das relações entre o novo governo congolês e seus antigos aliados, Ruanda e Uganda, foi um fator crucial para o desencadeamento do conflito. Era fato que o território congolês ainda era habitado por milícias hutus. Assim, a minoria tutsi na RDC, temendo novos ataques, pressionou o governo de Kabila a tomar medidas contra esses grupos armados.<sup>42</sup>

Portanto, a expulsão das tropas ruandesas e ugandesas do território congolês por Kabila, em uma tentativa de afirmar sua soberania, intensificou ainda mais as tensões na região. Desse modo, Ruanda, com o apoio de Uganda e Burundi, decidiu intervir militarmente na RDC, visando destituir Kabila e neutralizar a ameaça representada pelas milícias hutus.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>40</sup>DÖPCKE, Wolfgang. Há uma luz no coração das trevas? Guerra e paz no Congo. **Meridiano 47**: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. jan. 2002. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=87d8c49c-300f-4a27-ac7c-590bbcd46a0%40sessionmgr111&vid=1&hid=128>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>41</sup>RAKE, Alan. Where Kabila went wrong. **New African**. mar. 2001. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=b5d8d428-a1e1-481c-baea-31a4c02c65b0%40sessionmgr4005&crlhashurl=logon.aspx%253fdirect%253dtrue%2526hid%253d410>. Acesso em: 30 maio 2024.

<sup>42</sup>SILVA, *opus citatum*, 2011.

<sup>43</sup>*Ibidem*.

A intervenção ruandesa desencadeou uma reação em cadeia, transformando o conflito em uma guerra regional de grandes proporções. Por sua vez, o líder Kabila obteve o apoio de outros países africanos, como Angola, Chade, Zimbábue e Namíbia, que viam na sua luta uma oportunidade de expandir sua influência na região e de garantir o acesso aos recursos naturais do Congo.<sup>44</sup>

Sendo assim, a Segunda Guerra do Congo, que se seguiu, foi um conflito envolvendo diversos atores nacionais e internacionais. A guerra caracterizou-se pela proliferação de grupos armados, pela exploração dos recursos naturais e pela instrumentalização das identidades étnicas e regionais.<sup>45</sup>

Apesar dos diversos acordos de cessar-fogo, como o de Lusaka em 1999, a guerra prolongou-se por anos, resultando em um dos conflitos mais mortíferos da história recente da África. A guerra causou a morte de cerca de 45.000 pessoas por mês, totalizando mais de 4 milhões de mortos em 5 anos.<sup>46</sup>

Em um momento crucial da Segunda Guerra do Congo, Kabila solicitou às Nações Unidas, em janeiro de 2000, o envio de uma missão de paz para o território congolês. Logo depois, a proposta foi acolhida pelo Secretário-Geral da ONU, que sugeriu o deslocamento de um contingente militar e de observadores militares. Enfim, a resolução autorizando o envio da missão foi aprovada pelo Conselho de Segurança em fevereiro do mesmo ano, dando origem à MONUC (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo). A criação da MONUC representou um marco importante na história do conflito, marcando a entrada de um ator internacional de peso no cenário congolês.

Inesperadamente, o assassinato de Laurent-Désiré Kabila em 2001 (suspeita-se que foi por uma criança-soldado, que atuava como um de seus guarda costas)<sup>47</sup> não foi suficiente para pôr fim ao conflito. Somente em 2002, após inúmeras negociações e pressões da comunidade internacional, foi possível estabelecer um acordo de paz definitivo. Esse acordo previa a retirada das tropas estrangeiras, o desarmamento dos grupos armados e a instauração de um governo de transição com o objetivo de elaborar uma nova Constituição para o país.

---

<sup>44</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo**: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>45</sup>*Ibidem.*

<sup>46</sup>*Ibidem.*

<sup>47</sup>KISANGANI, Ef. Conflite in the Democratic Republic of Congo: A Moosaic of Insurgent Groups. **International Journal on World Peace** set. 2003. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9637b943-e63c-4d6f-9116-790f7a0de1e6%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4106>. Acesso em: 30 maio 2024.

Após a morte de Laurent Kabila, seu filho, Joseph Kabila, foi designado para assumir a presidência da RDC, aos 31 anos. Com formação militar adquirida na China, Joseph havia sido informalmente preparado para suceder o pai. Dessa forma, ele assumiu o poder ainda durante os últimos momentos da Segunda Guerra do Congo, em um cenário de grande instabilidade. Seguindo os passos do pai, Joseph Kabila governou sem respeito às normas legais. No entanto, em 2006, ocorreram as primeiras eleições democráticas em mais de quatro décadas. A campanha de Joseph Kabila, que refletia as aspirações da população, focou em cinco áreas prioritárias: infraestrutura, saúde e educação, água e eletricidade, moradia e emprego. Apesar das adversidades enfrentadas anteriormente, Kabila obteve 49% dos votos, conquistando a presidência. Desde então, ele permaneceu no poder, prolongando os abusos por mais de 15 anos, no período de 2001 a 2019.<sup>48</sup>

Além das inúmeras mortes, a guerra deixou profundas marcas na sociedade congoleza. Os abusos dos direitos humanos foram generalizados, incluindo estupros em massa, violência sexual, mutilações e, principalmente, o recrutamento forçado de crianças para lutarem nos conflitos.<sup>49</sup>

## **2.6 Fatores Sociopolíticos que contribuem para o recrutamento de crianças nos conflitos e o papel das forças armadas e grupos rebeldes no recrutamento infantil**

Ainda como líder da AFDL, Laurent Kabila, com auxílio das forças armadas de Ruanda, selecionou milhares de crianças para serem recrutadas e treinadas. James Kabarebe, um dos líderes ruandeses na RDC deu uma entrevista comentando sobre os *kadogos* (significa “os pequenos” no dialeto suaíli e é usado para se referir às crianças-soldado):

O jovem exército que formamos quando chegamos ao Congo e que chamamos de *Kadogo* é, de longe, o melhor exército do Congo. Era um exército composto por jovens, obedientes e disciplinados, mas que precisavam ser melhor supervisionados e melhor treinados<sup>50</sup>.

<sup>48</sup>BBC. **Joseph Kabila:** DR Congo's presidente in profile. 9 dez. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-16120557>. Acesso em: 18 jun. 2024.

<sup>49</sup>SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo:** a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

<sup>50</sup>HUMAN RIGHTS WATCH. **Congo, Reluctant Recruits:** Children and Adults Forcibly Recruited For Military Service in North Kivu. maio 2001. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3bd0239ad.html>. Acesso em: 18 jun. 2024. Tradução nossa.

Após assumir a presidência, Joseph Kabila continuou recrutando crianças, transmitindo uma falsa ideia de segurança e proteção a elas, mas infelizmente não passavam de palavras vazias e sem impacto real.<sup>51</sup>

A partir de 1996, o recrutamento e a utilização de crianças como soldados na RDC tornaram-se prática corrente. A AFDL, liderada por Laurent Kabila, iniciou o treinamento militar de milhares de crianças, inaugurando uma prática que se disseminou entre todos os grupos armados atuantes no país.

Para essa pesquisa, será considerada criança qualquer pessoa com menos de 18 anos. Isso porque a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que estabeleceu um marco legal internacional para a proteção integral das crianças, como veremos mais à frente, define, em seu artigo 1º, criança como todo ser humano com menos de 18 anos.<sup>52</sup>

Enquanto algumas crianças foram forçadamente retiradas de suas casas, escolas ou ruas, outras foram atraídas por falsas promessas de pagamento, proteção e oportunidades de ascensão social. Ademais, a propaganda utilizada pelos grupos armados, muitas vezes associada a ideologias nacionalistas ou étnicas, desempenhou um papel crucial na indução de crianças ao alistamento.<sup>53</sup>

Então, o treinamento militar rigoroso a que as crianças eram submetidas tinha como objetivo torná-las soldados eficazes e obedientes. Logo, ao serem doutrinadas e adestradas para a violência, essas crianças eram preparadas para participar ativamente dos conflitos armados. As atividades incluíam marchas forçadas, manuseio de armas e obediência cega a comandos. Além de serem treinadas para o combate, as crianças recrutadas eram utilizadas em diversas outras funções dentro dos grupos armados. Por exemplo, atuavam como carregadores de suprimentos e munição, serviam como escudos humanos para proteger os combatentes adultos e, em alguns casos, eram designadas para funções de guarda pessoal. A participação ativa no conflito, muitas vezes em posições de alto risco, expunha as crianças a um perigo constante e a traumas psicológicos duradouros.<sup>54</sup>

Por vezes, a imposição de atos de violência extrema, como assassinatos e mutilações, servia tanto para aterrorizar a população civil quanto para fortalecer a coesão interna dos grupos

---

<sup>51</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo: Children at War.** set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024

<sup>52</sup>ONU. (1989). **Convenção sobre os Direitos das Crianças.** UNICEF.

<sup>53</sup>REYNTJENS, F. Briefing: the Democratic Republic of Congo, from Kabila to Kabila. **African Affairs.** abr. 2001. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=3da4f0c0-1cff-4ef6-ab9e-667be89cf9df%40sessionmgr4005&vid=1&hid=4106>. Acesso em: 28 jun. 2024.

<sup>54</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo: Children at War.** set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

armados. As crianças-soldado eram frequentemente coagidas a praticar atos de violência extrema, incluindo assassinatos de familiares, civis e inimigos. Além disso, eram submetidas a práticas degradantes como o canibalismo e a violência sexual.<sup>55</sup> Esses atos, muitas vezes, eram perpetrados como forma de romper laços afetivos, fortalecer a lealdade ao grupo armado e desumanizar o inimigo. Por fim, a fragilidade psicológica das crianças, associada ao medo da morte e à falta de alternativas, as tornava altamente vulneráveis a essas formas de controle.<sup>56</sup>

Em uma pesquisa realizada em 2013 com 50 ex-crianças-soldado, a vingança e as punições severas foram apontadas como os eventos mais traumáticos vivenciados. Nessa pesquisa, a maioria dos entrevistados também relatou ter sofrido com a falta de recursos básicos, como alimentação e água, além de terem sido submetidos a trabalhos forçados e violência física. Durante esse tempo, foram expostos a uma série de traumas, incluindo violência psicológica e sexual, trabalho infantil e privação. Também, os eventos mais marcantes citados pelos entrevistados foram a morte de familiares, a participação em atos de violência e a submissão a condições de vida precárias.<sup>57</sup>

No caso das meninas, a situação é ainda mais grave devido à alta incidência de estupros, gravidez precoce, HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Ademais, a falta de acesso a cuidados de saúde constitui uma grave violação dos direitos humanos e coloca em risco a vida de milhares de meninas. O relato de Natalia, criança-soldado recrutada aos 12 anos, exemplifica a situação:

Eu estava morando na minha aldeia com minha mãe e meus irmãos e irmãs. Um dia, nossa aldeia foi atacada pelos Mai-Mai. Os soldados Mai-Mai roubaram tudo o que tínhamos. Poucos dias depois, nossa aldeia foi atacada novamente pelo RDC-Goma, que nos acusou de colaborar com os Mai-Mai e de dar-lhes comida. Eu vi os soldados matarem muitos dos meus parentes na aldeia e estuprarem minhas duas irmãs e minha mãe. Eu estava me escondendo, mas vi quantos soldados estupraram minhas irmãs e minha mãe. Eu estava com medo e pensei que se eu me juntasse ao exército, eu estaria

<sup>55</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo: Children at War.** set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

<sup>56</sup>BETANCOURT, Theresa Stichick et al. **Sierra Leone's Former Child Soldiers: A Follow-Up Study of Psychosocial Adjustment and Community Reintegration.** jul. 2010. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=32b88ad7-ab40-4d43-a763-a1b34374f822%40sessionmgr198&vid=0&hid=128&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1sa>. Acesso em 28 jun. 2024.

<sup>57</sup>MCMULLEN, John et al. Group trauma-focused cognitive-behavioural therapy with former child soldiers and other war-affected boys in the DR Congo: a randomised controlled trial. **Journal of Child Psychology & Psychiatry.** nov. 2013. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=c26182b3-4383-47a4-b67c-8deb98114b8a%40sessionmgr115&vid=0&hid=128&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1sa>. Acesso em: 05 jul. 2024.

protegida. Eu queria me defender. Uma vez no exército, fui treinada para carregar e usar uma arma de fogo e fiz guarda dia e noite. Foi horrível porque eu tinha apenas 12 anos, mas eu era frequentemente espancada e estuprada durante a noite pelos outros soldados. Um dia, um comandante queria que eu me tornasse sua esposa, então eu tentei escapar. Eles me pegaram, me chicotearam e me estupraram todas as noites por muitos dias. Quando eu tinha apenas 14 anos, tive um bebê. Eu nem sei quem é o pai dele. Eu fugi de novo e dessa vez consegui escapar. Mas hoje eu não tenho para onde ir e nem comida para dar ao bebê, e tenho medo de ir para casa, porque eu era um soldado.<sup>58</sup>

Fica claro até aqui, portanto, que o recrutamento de crianças em conflitos armados ocorre por meio de diversas estratégias, como o alistamento, o sequestro e a coerção. Não só isso, como também a ausência de registros de nascimento precisos dificulta a identificação da idade das crianças, facilitando o recrutamento ilegal.<sup>59</sup> Além disso, a pressão social, cultural, econômica e política pode levar jovens a se alistar voluntariamente, mesmo que essa decisão não seja totalmente livre.<sup>60</sup> Ademais, o desenvolvimento de armas leves e de fácil manuseio torna o recrutamento de crianças ainda mais atrativo para grupos armados.<sup>61</sup>

Sendo assim, a escolha de crianças para fins de conflitos fundamenta-se na vulnerabilidade física, psicológica e social da criança. Acrescente-se que a imaturidade moral, aliada à ausência de um sistema de valores consolidado, as torna alvos fáceis para a manipulação ideológica. Sob a coação da violência e da ameaça de morte, são coagidas a executar tarefas que violam os direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário<sup>62</sup>, frequentemente sem plena compreensão das implicações de seus atos. Por fim, a facilidade de recrutamento, o baixo custo de manutenção (elas não recebem pagamento e têm um custo de vida menor que de um adulto) e a dispensa de vínculos afetivos com as forças armadas tornam a utilização de crianças uma prática atrativa para grupos armados.<sup>63</sup>

---

<sup>58</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo: Children at War**. set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024. Tradução nossa.

<sup>59</sup>ONU. (1996). **The State of the World's Children: Children in war**. UNICEF

<sup>60</sup>MACHEL, G. (2000). *The Impact of Armed Conflict on Children: A critical review of progress made and obstacles encountered in increasing protection for war-affected children*. **International Conference on War-Affected Children**. Winnipeg, Canada.

<sup>61</sup>ONU, *opus citatum*, 1996.

<sup>62</sup>FRISSE, Giovana Maria. Crianças-soldado no conflito em Serra Leoa: direitos humanos, direito internacional humanitário e/ou direito internacional penal. **Revista de Direito Internacional**. 2012. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/1845>. Acesso em: 28 jun. 2024.

<sup>63</sup>MORALES, Waltraud Queiser. As meninas-soldado: outra face da exploração sexual e da violência de gênero. **Revista Air & Space Power**. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2008/3tri08/morales.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

## 2.7 A pressão internacional para a não utilização de crianças nos conflitos

A crescente preocupação com a proteção dos direitos humanos impulsionou o desenvolvimento de um sistema normativo específico para a infância. Como primeiro marco nesse processo, surgiu a Declaração de Genebra de 1924, estabelecendo os direitos e a proteção especial das crianças. Essa proteção se baseia no reconhecimento da criança como um indivíduo em desenvolvimento, com necessidades específicas que exigem normas internacionais.

Nesse contexto, a ONU desempenhou um papel central na elaboração de instrumentos normativos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, a qual representa um marco histórico na proteção internacional da infância. Esse tratado internacional, ratificado por quase todos os países do mundo, além de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as crianças, também se dedica especificamente à proteção das crianças em situações de conflito armado. Ainda, o documento exige que os Estados signatários respeitem as normas do direito internacional humanitário, assegurando a proteção especial da população civil, em particular das crianças.<sup>64</sup> Documentos anteriores, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959<sup>65</sup>, e os Protocolos Adicionais das Convenções de Genebra, juntamente com estudos como o Relatório Graça Machel, de 1996<sup>66</sup>, também contribuíram para a construção desse marco normativo global.<sup>67</sup>

De certo, a relevância da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 se demonstra na adesão de quase todos os países sociedade internacional em ratificar o documento, com exceção da adesão dos Estados Unidos. A partir da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Crianças, ficou estabelecido para grande parte dos Estados a necessidade de proteção especial que as crianças possuem. Portanto, os Estados signatários são responsáveis pelas crianças em seus territórios, sem qualquer tipo de discriminação. Dessa forma, a proteção da criança em caso de conflitos armados é obrigatória e seus direitos devem ser respeitados através da aplicação dos direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional.<sup>68</sup>

<sup>64</sup>ONU. (1989). **Convenção sobre os Direitos das Crianças**. UNICEF.

<sup>65</sup>ONU. (1959). **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. UNICEF.

<sup>66</sup>O Relatório Graça Machel é um estudo encomendado pela ONU e publicado em 1996, liderado pela ativista e educadora moçambicana Graça Machel. O documento analisa os impactos devastadores dos conflitos armados nas crianças, destacando temas como recrutamento de crianças-soldado, violência sexual, deslocamento forçado, perda de acesso à educação e saúde, e o impacto psicológico de viver em zonas de guerra. ONU. (1996). **Relatório Graça Machel**. UNICEF.

<sup>67</sup>FERRIS, E. G. (2011). **The Politics of Protection: The Limits of Humanitarian Intervention**. Washington: The Brookings Institution.

<sup>68</sup>ONU. (1996). **The State of the World's Children: Children in war**. UNICEF

Sem dúvida, a utilização de crianças como soldados é um problema que persiste há séculos<sup>69</sup>, mas a percepção e a resposta da sociedade internacional a esse fenômeno evoluíram ao longo do tempo. A partir da década de 1990, a indignação global em relação ao recrutamento infantil em zonas de conflito se intensificou, impulsionada por uma maior conscientização sobre os direitos humanos e os impactos da guerra sobre as crianças.

Diante da crescente pressão internacional para coibir a prática de utilizar crianças em conflitos armados, o então presidente da RDC, Laurent Kabila, promulgou em junho de 2000 um decreto presidencial<sup>70</sup> com o objetivo de desmobilizar grupos vulneráveis, dentre os quais se incluíam as crianças-soldado, das Forças Armadas Congolesas. Após a morte de Laurent Kabila e a ascensão de Joseph Kabila ao poder, em junho de 2001, o novo governo adotou medidas ainda mais concretas para a proteção da infância, proibindo expressamente o recrutamento de menores de 18 anos nas forças armadas.

A cerimônia de desmobilização de crianças-soldado, realizada com a presença do presidente Joseph Kabila e de líderes internacionais, simbolizou o fim de uma prática cruel e generalizada na RDC. Durante o evento, 281 crianças, com idades predominantemente entre 15 e 17 anos, trocaram seus uniformes militares por roupas civis, encerrando assim um ciclo de exploração e violência que se iniciou com a criação da AFDL.<sup>71</sup> No entanto, a cerimônia revelou-se uma farsa, pois observou-se a presença de crianças-soldado mantidas à margem do evento, demonstrando a falta de compromisso do governo em acabar com essa prática.<sup>72</sup>

Ao longo dos anos, a pressão internacional persistiu, especialmente através da MONUSCO, que buscava controlar os conflitos e desmobilizar as crianças-soldado ainda presentes no território congolês. Em 10 de janeiro de 2010, a RDC promulgou uma lei que estabelecia uma pena de 20 anos de prisão para os grupos e forças armadas que recrutassem crianças.<sup>73</sup> Entretanto, essa medida mostrou-se insuficiente, pois a aplicação da lei não tem sido rigorosa, uma vez que o recrutamento de crianças por grupos armados e forças militares continua até hoje na RDC.

---

<sup>69</sup>SINGER, P. W. (2006). **Children and War**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

<sup>70</sup>9 juin 2000 – **DÉCRET-LOI 066**: Portant démobilisation et réinsertion des groupes vulnérables présents au sein des forces combattantes. Art. 2. — Par groupes vulnérables, il faut entendre: les enfants soldats, filles ou garçons âgés de moins de 18 ans, qui constituent un groupe particulier justifiant une intervention humanitaire urgente, les invalides, les malades chroniques, les personnes âgées, les veuves et les orphelins à charge. Disponível em: <http://www.leganet.cd/Legislation/Droit%20Public/Defense/DL.066.09.06.00.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>71</sup>AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo**: Children at War. set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

<sup>72</sup>*Ibidem*.

<sup>73</sup>CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). **UNICEF**: recrutamento forçado de crianças-soldado deve cessar. fev. 2010. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/27400-unicef-recrutamento-forcado-de-criancas-soldado-deve-cessar>. Acesso em: 30 maio 2024.

Do ponto de vista das crianças-soldado, a ineficiência do Estado congolês em garantir sua segurança é evidente. A persistência dos conflitos e a falta de mecanismos eficazes para prevenir o recrutamento expõem essas crianças a um ciclo de violência e exploração, ocasionando traumas generalizados e uma dificuldade para a reinserção dessas crianças à sociedade e às suas famílias.

### 3. CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E FÍSICAS EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO

Em uma perspectiva sociocultural, a criança representa o alicerce sobre o qual se constrói o futuro de uma sociedade. A análise das trajetórias individuais, especialmente na infância, é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e as transformações históricas. Nesse contexto, a figura da criança-soldado levanta questões cruciais sobre os impactos da violência armada no desenvolvimento humano e as consequências a longo prazo para a sociedade, tanto para os indivíduos diretamente envolvidos quanto para as comunidades nas quais estão inseridos.

Como mencionado anteriormente, os conflitos armados na República Democrática do Congo, entre 1996 e 2003, marcaram-se pela intensa utilização de crianças-soldado, tanto por grupos rebeldes quanto pelo Exército Nacional. Milhares de crianças foram recrutadas à força, sequestradas em suas casas, escolas ou nas ruas, ou ainda, atraídas pela promessa de proteção e benefícios materiais. Uma vez recrutadas, essas crianças eram submetidas a treinamentos brutais, caracterizados por condições de vida precárias, alimentação inadequada e violência física e psicológica. Muitas não sobreviviam a essas condições extremas, sendo vítimas de assassinatos, mutilações e doenças.<sup>74</sup>

Dessa forma, a exposição a conflitos armados submete crianças a uma série de violações de direitos humanos, expondo-as a riscos de violência física e psicológica, além de privá-las de seus direitos básicos à alimentação, educação e segurança. Sendo assim, a *United Nations International Children's Emergency Fund*<sup>75</sup> (UNICEF) enfatiza a vulnerabilidade da infância em contextos de guerra, destacando os impactos negativos no desenvolvimento físico, mental e social. Fica claro, então, que a privação de uma infância segura e protegida constitui uma grave violação dos direitos humanos, com consequências duradouras para as vítimas.

Além disso, a guerra deixa marcas permanentes na infância, com consequências que se estendem por toda a vida. Por exemplo, a exposição à violência, a perda de entes queridos e a destruição do ambiente familiar podem levar a dificuldades de aprendizado, problemas de comportamento, dificuldades em estabelecer relacionamentos e maior vulnerabilidade a

---

<sup>74</sup>BIAZATTI, Bruno de Oliveira. MARTINELLI, Eliza. WILLRICH, Emili. ADELINO, Nathalia Monte. Recrutamento Infantil: Uma Reflexão À Luz Do Estudo De Crianças Soldado Na República Da Colômbia E Na República Democrática Do Congo. In: TENÓRIO, Vivianne Wanderley Araújo. FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. **Crianças, Infância E Conflitos Armados: Análises Das Conjunturas Global E Regionais**. Erechim: Deviant, 2017. Brasil.

<sup>75</sup>Fundo das Nações Unidas para a Infância (tradução livre).

doenças mentais na idade adulta. Logo, as crianças que vivenciam conflitos armados correm maior risco de perpetuar o ciclo da violência ou de se tornarem vítimas de exploração e abuso.

Conforme Barbara (2006):

(...) Impactos na infância podem afetar negativamente a trajetória de vida das crianças muito mais do que a dos adultos. Considere as crianças que perdem a oportunidade de educação durante a guerra, crianças que são forçadas a se mudar para campos de refugiados, onde esperam por anos em condições miseráveis por uma vida normal retornar, se é que isso acontecerá. Considere uma criança deficiente na guerra; elas podem, além da perda de um membro, visão ou capacidade cognitiva, perder a oportunidade de escolarização e de uma vida social. Uma menina que é estuprada pode ser marginalizada pela sociedade e perder a oportunidade de casamento. Muito tempo depois que a guerra terminar, essas vidas nunca alcançarão o potencial que tinham antes do impacto da guerra<sup>76</sup>.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos da Criança estabelece o direito de todas as crianças a um desenvolvimento pleno e seguro. No entanto, em contextos de conflito armado, esses direitos são sistematicamente violados. Assim, levanta-se a questão: quais os impactos físicos e psicológicos nas crianças envolvidas em conflitos armados?

### 3.1 O desenvolvimento infantil em zonas de guerra

É um fato que, caso a família e a comunidade não desempenhem um papel de suporte e contenção para o desenvolvimento psíquico dos mais jovens, e, pelo contrário, gerem estados de desamparo, maus-tratos e violência, essas crianças tendem a tornar-se mais vulneráveis à atração exercida por grupos, também armados, que se apresentam como estruturas seguras e protetoras, mas que oferecem uma falsa sensação de pertencimento.<sup>77</sup> Então, esses menores encontram alívio ao pertencer a um grupo, pois o sentimento de pertencimento e a perda dos limites individuais criam a ilusão de igualdade e poder. Essa dinâmica é especialmente atraente para aqueles que já experimentaram a submissão e a violência familiar, encontrando nos grupos autoritários uma forma de compensar as feridas emocionais do passado.<sup>78</sup>

<sup>76</sup>Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. *Croatian Medical Journal*, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024. Tradução nossa.

<sup>77</sup>Álvarez, N. A., & Vila, C. V. (2011). De la infancia a la guerra: una continuidad mental. *Rev. Eleuthera*, 5, 51–76.

<sup>78</sup>*Ibidem*.

Assim, as emoções e estados mentais dos indivíduos os conduzem a buscar grupos que possam aliviar seus sofrimentos ou atender a necessidades específicas, como dependência, esperança ou a busca por uma figura líder. Ao se unir a um grupo, o indivíduo pode experimentar um tipo de funcionamento mental caracterizado como "socioanimal".<sup>79</sup> Nesse estado, a individualidade é submersa em prol da dinâmica grupal, onde os padrões de pensamento e ação são ditados pelo coletivo. A adesão a esses padrões, embora possa proporcionar uma sensação de segurança e pertencimento a curto prazo, impede o desenvolvimento psicológico individual, uma vez que a autonomia e a capacidade de pensar de forma crítica são suprimidas.<sup>80</sup>

Dessa forma, a busca por segurança e identidade leva jovens a grupos que, no entanto, perpetuam a violência. Geralmente, a identidade construída nesses grupos é frágil e dependente de uma dinâmica interna destrutiva. Além do mais, a guerra expõe a fragilidade dessa identidade e pode resultar na exclusão dos indivíduos.

Desse modo, o relatório Graça Machel denuncia a guerra como uma violação sistemática dos direitos da criança, com consequências devastadoras para seu desenvolvimento integral. Isso pois a exposição prolongada a um ambiente hostil, marcado pela violência constante, submete as crianças a um sofrimento inimaginável, afetando profundamente sua saúde física e mental. Também, a participação em conflitos armados expõe crianças a situações de extrema violência e, por isso, impacta de maneira significativa seu desenvolvimento.<sup>81</sup> Além do mais, o estresse tóxico vivenciado por essas crianças, caracterizado por uma combinação de abuso físico e mental, exposição à violência e privação de necessidades básicas, pode levar a consequências permanentes para sua saúde física e mental. Assim, as crianças expostas a tais condições apresentam maior probabilidade de desenvolver uma série de transtornos mentais, como depressão, ansiedade generalizada, transtorno de ansiedade de separação e transtorno de estresse pós-traumático.<sup>82</sup>

Além disso, a ativação crônica do sistema de resposta ao estresse em crianças nessas situações pode levar a alterações neurobiológicas que prejudicam a formação de novas memórias, a capacidade de aprendizado e a tomada de decisões. Ademais, a hipervigilância e a

---

<sup>79</sup>Bion, W. (1961). **Experiências em grupos**. Buenos Aires: Editorial Paidós.

<sup>80</sup>*Ibidem*.

<sup>81</sup>ONU (1996). **The State of the World's Children: Children in war**. UNICEF

<sup>82</sup>Scussel, B. D. (2018). **Os impactos do refúgio para as crianças e adolescentes: a Crise dos Refugiados do Século XXI**. Monografia (Especialização). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4082>. Acesso em: 28 jun. 2024.

dificuldade de concentração podem afetar as relações interpessoais, dificultando a adaptação social dessas crianças.<sup>83</sup>

Os sintomas iniciais que as crianças enfrentam podem ser sutis e difíceis de identificar, mas com o tempo se manifestam de forma mais evidente, afetando tanto a saúde mental quanto a física.<sup>84</sup> Outrossim, os impactos neurológicos da violência na infância, que podem comprometer a capacidade de formar vínculos seguros e saudáveis, afetam o desenvolvimento emocional e social ao longo da vida.<sup>85</sup>

Uma pesquisa feita em centros de internação do Reino Unido com ex-crianças-soldado revelou que todos os participantes apresentaram sintomas de depressão e ansiedade, além de outros problemas como dificuldades para dormir, perda de apetite e alterações comportamentais.<sup>86</sup> Dessa forma, a violência não apenas afeta o comportamento infantil, mas também interfere em múltiplos aspectos do desenvolvimento, desde os processos neurológicos até as relações sociais. A exposição à violência pode gerar algumas sequelas e comprometer a saúde física e mental das crianças, além de dificultar sua adaptação à vida adulta.<sup>87</sup>

Outro fator importante a ser destacado é que muitas crianças são recrutadas por grupos armados em tenra idade, passando anos longe de suas famílias e de qualquer tipo de educação formal. Essa experiência as priva de oportunidades de desenvolvimento e as prepara apenas para a vida militar. Ao serem libertadas, essas crianças enfrentam grandes dificuldades para se adaptar à vida civil, pois não possuem as habilidades necessárias para conseguir um emprego ou continuar seus estudos.

### 3.2 Consequências psicológicas do recrutamento forçado de crianças

A exposição à violência armada na infância está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma gama de transtornos mentais. Fica claro até aqui que, crianças expostas a conflitos armados apresentam alta prevalência de transtorno de estresse pós-traumático, caracterizado por revivescências do trauma, pesadelos e hipervigilância.<sup>88</sup> Além

<sup>83</sup>Guerra, N. G., & Dierkhising, C. (2011). **Os Efeitos da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança**. Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância, 1–6.

<sup>84</sup>Scussel, B. D. (2018). **Os impactos do refúgio para as crianças e adolescentes: a Crise dos Refugiados do Século XXI**. Monografia (Especialização). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4082>. Acesso em: 28 jun. 2024.

<sup>85</sup>Guerra, N. G., & Dierkhising, C., *opus citatum*, 2011.

<sup>86</sup>Bezerra, C. B., Borges, L. M., & Cunha, M. P. (2019). Filhos das fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. **Rev. CES Psico**, 12(2), 26–40. <https://doi.org/10.21615/cesp.12.2.3>.

<sup>87</sup>Guerra, N. G., & Dierkhising, C., *opus citatum*, 2011.

<sup>88</sup>Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. **Croatian Medical Journal**, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024

disso, a depressão, a ansiedade, a ideação suicida e a automutilação são frequentemente observadas nesse grupo populacional<sup>89</sup>. A perda de entes queridos e a instabilidade do ambiente familiar contribuem para o agravamento desses sintomas e dificultam o processo de luto.<sup>90</sup>

Em situação de recrutamento, os menores são submetidos a uma variedade de tarefas, desde o combate direto até funções de apoio como cozinheiros, carregadores e mensageiros. Além disso, muitas são vítimas de exploração sexual e casamento forçado.<sup>91</sup> Independentemente de suas atribuições, seja no campo de batalha ou em tarefas domésticas, a utilização de crianças em contextos de guerra as expõe a riscos e traumas que comprometem severamente seu desenvolvimento psicossocial. Isso se deve ao fato de que a exposição constante à violência e à morte pode levar à internalização dessas experiências, resultando em uma adaptação psicológica à violência que se manifesta em baixa autoestima, desumanização e dificuldades em estabelecer vínculos afetivos.<sup>92</sup>

Ademais, a violência sexual também é uma grave violação dos direitos humanos que acomete crianças em contextos de conflito armado. Essas crianças são frequentemente vítimas de abuso sexual, prostituição, casamentos forçados, tráfico humano e exploração sexual comercial. O sofrimento causado pela violência sexual é agravado pelo contexto brutal da guerra, levando muitas crianças a desenvolverem ideação suicida. Além do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), a violação sexual aumenta significativamente o risco de suicídio, uma vez que a dor emocional e física, associada à humilhação e à violação dos direitos humanos, se torna insuportável.<sup>93</sup> Ademais, sabe-se também que ex-meninas-soldados tem 52% mais chances de cometer suicídio em comparação aos meninos, evidenciando os profundos traumas psicológicos causados por abusos sexuais repetidos dentro de grupos armados.<sup>94</sup>

Nesse contexto, a experiência como criança-soldado na RDC deixa cicatrizes profundas, dificultando a reintegração social. Além do mais, a exposição à violência extrema e a participação em atos violentos podem levar ao desenvolvimento de comportamentos agressivos

---

<sup>89</sup>Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. **Croatian Medical Journal**, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024

<sup>90</sup>Chelotti, J. D., & Richte, D. (2016). A infância perdida das crianças e adolescentes envolvidos em conflitos armados. In: **XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Anais. Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

<sup>91</sup>*Ibidem*.

<sup>92</sup>Picón, Y. R., & Plazas, Y. C. (2008). El juego de la guerra, niños, niñas y adolescentes en el conflicto armado en Colombia. **Tabula Rasa**, 8, 197–210. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

<sup>93</sup>ALMEIDA, Nathalia Santos. **Estupro como arma de guerra e os impactos institucionais em períodos pós-traumáticos**. Repositorio-aberto.up.pt, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/138427>. Acesso em: 18 jun. 2024.

<sup>94</sup>SINGER, P. W. *Children at War*. California: California University, 2005.

e antissociais, e também de dificuldades em lidar com situações de conflito de forma não violenta. Logo, a falta de acesso a apoio psicológico adequado agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas por essas crianças, que muitas vezes se sentem isoladas e marginalizadas pela sociedade.<sup>95</sup>

O processo de corrupção infantil induz a criança a comportamentos violentos e destrutivos, comprometendo sua capacidade de interagir de forma saudável com os outros.<sup>96</sup> Essa exposição precoce a práticas nocivas pode ter consequências duradouras para seu desenvolvimento social e emocional, como evidenciado por um ex-combatente do Mai-Mai:

(...) depois que eu saí e agora estou no centro de transição, eu tenho esses pesadelos horríveis. Eles são sempre sobre as crianças que nós matamos, especialmente seus crânios esmagados e eu escuto a voz do comandante me ordenando a fazer coisas. Eu acordo e fico com medo. Meu coração bate forte estes dias e algo na minha cabeça é tão intenso. Por um lado, eu tenho uma nova vida e deixei a floresta para trás, assim como toda as dificuldades daqueles dias e, por outro, eu penso nos tempos (...) tivemos. Eu só queria que minha cabeça voltasse ao normal outra vez.<sup>97</sup>

Além disso, uma pesquisa com 50 meninos congolese ex-combatentes revelou os impactos devastadores da guerra sobre a saúde mental dessas crianças. A maioria (88%) relatou ter sofrido punições severas ou participado de atos de vingança. Ainda, mais de 70% mencionaram passar fome, realizar trabalhos forçados e serem expostos a violência extrema, como espancamentos e mutilação.<sup>98</sup>

Desse modo, observa-se o impacto psicológico que ambientes de guerra causam nas crianças recrutadas para agirem como soldados na RDC. Podemos destacar o trauma e o estresse pós-traumático como as consequências mais comuns. Esses eventos traumáticos podem levar a sintomas como pesadelos, flashbacks, ansiedade intensa e dificuldades em estabelecer relacionamentos. Por fim, a perda da segurança e da estabilidade emocional também dificulta o desenvolvimento saudável da criança.

<sup>95</sup>Scussel, B. D. (2018). **Os impactos do refúgio para as crianças e adolescentes: a Crise dos Refugiados do Século XXI.** Monografia (Especialização). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4082>. Acesso em: 28 jun. 2024.

<sup>96</sup>D'ALESSANDRA, Federica. **The Psychological Consequences of Becoming a Child Soldiers: Post-Traumatic Stress Disorder, Major Depression, and Other Forms of Impairment.**

<sup>97</sup>SCHAUER, Elisabeth; ELBERT, Thomas. **The Psychological Impact of Child Soldiering.** [S. l.], p. 311–360, 2010.

<sup>98</sup>LIRA, Fernanda Matos. **O desafio à proteção das crianças-soldado na República Democrática do Congo.** Ibict.br. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEUB\\_f6b0aef93c6043347d9d1d1a1c026855](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEUB_f6b0aef93c6043347d9d1d1a1c026855). Acesso em: 20 maio 2024.

### 3.3 Impactos físicos e sociais de crianças em situação de guerra

Não só os impactos psicológicos deixam marcas permanentes nas crianças que estão presentes em contexto de guerra, como também elas são impactadas fisicamente. Embora muitas crianças tenham sido atraídas pelas forças armadas e/ou grupos armados pela promessa de segurança e alimento, a realidade vivida por elas foi diametralmente oposta. A maioria enfrentou fome crônica, jornadas exaustivas em ambientes hostis e abusos sexuais. Os traumas psicológicos e físicos resultantes dessas experiências vão muito além do ato de portar armas, englobando uma gama de sofrimentos que marcam profundamente a vida dessas crianças.

Como por exemplo, a violência sexual. Além dos traumas psicológicos, as vítimas frequentemente sofrem mutilações genitais e mamárias e lesões internas e externas. A violência sexual também é utilizada como arma de guerra, com a prática sistemática de esterilizações forçadas, introdução de DIUs e abortos compulsórios.<sup>99</sup> Então, as meninas-soldado encontram-se em uma situação mais vulnerável, pois, além de serem submetidas a guerra, muitas engravidam em decorrência de estupros repetidos. Como consequência, raramente recebem cuidados pré-natais adequados, o que as expõe a um risco elevado de mortalidade materna<sup>100</sup> e a diversas doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV.

Além disso, a precarização ambiental, intensificada por esses conflitos armados, agrava significativamente as condições de vida das populações afetadas.<sup>101</sup> A falta de acesso à água potável, saneamento básico, alimentos e serviços de saúde básicos aumenta a vulnerabilidade a doenças como desnutrição, diarreia e infecções respiratórias, elevando as taxas de mortalidade.<sup>102</sup> Logo, durante o período de conflito armado, as crianças são privadas de atendimento médico e de uma boa qualidade de vida, fatores que contribuem diretamente para o agravamento da saúde física e mental dos menores. Não só isso, como também “as crianças são menos propensas do que os adultos a sobreviver aos ferimentos no campo de batalha devido ao

<sup>99</sup>Picón, Y. R., & Plazas, Y. C. (2008). El juego de la guerra, niños, niñas y adolescentes en el conflicto armado en Colombia. *Tabula Rasa*, 8, 197–210. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024

<sup>100</sup>PIMENTEL, Dinarco. Uma Análise ao Julgamento do Caso Lubanga pelo ICC. *Working Papers do Instituto Jurídico Portucalense*, Universidade Portucalense, p. 1-26, 2013.

<sup>101</sup>Mereles, D. S. E. (2021). **Guerra, violência e infância, desde uma perspectiva internacional**. Monografia (Graduação). Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

<sup>102</sup>Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. *Croatian Medical Journal*, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024

seu tamanho menor e à conseqüente maior probabilidade de danos aos órgãos vitais ou menor resistência à perda de sangue”.<sup>103</sup>

Além do mais, em muitos casos, as crianças-soldado que conseguem retornar às suas comunidades enfrentam uma profunda marginalização. Isso ocorre porque grande parte delas foi obrigada a participar de ataques e saques, o que gera medo e ressentimento entre os moradores locais. Essa exclusão se estende também às jovens mães, que são rejeitadas junto com seus filhos, por não terem seguido as normas sociais estabelecidas. Dessa forma, a reintegração torna-se ainda mais difícil para esses jovens.<sup>104</sup>

Muitas dessas crianças sequer sabem onde suas famílias estão e, por isso, hesitam em tentar voltar para a comunidade, temendo possíveis retaliações por seus atos como combatentes. A situação se agrava pelo fato de a população local não compreender a singularidade dessas vivências. As pessoas não percebem que esses menores, durante o tempo em que fizeram parte de grupos armados, não tinham autonomia em suas decisões e, na maioria das vezes, foram coagidos ou manipulados a cometer crimes. Como resultado, esses jovens acabam isolados, sem apoio familiar ou comunitário, o que aumenta ainda mais sua vulnerabilidade e dificulta sua recuperação e reintegração social.<sup>105</sup>

Também, o retorno das ex-crianças-soldado à escola pode trazer uma série de desafios significativos. Um dos principais problemas é o atraso escolar em relação aos colegas, causado pelo longo período em que ficaram afastadas dos estudos. Isso pode fazer com que essas crianças sejam colocadas em classes com alunos muito mais jovens, o que acarreta constrangimento e desmotivação. Além disso, a convivência entre as ex-crianças-soldado e os outros alunos pode ser vista de forma negativa tanto pelos colegas quanto pelos pais, que muitas vezes enxergam esses jovens como uma má influência ou um perigo para seus filhos. Essa estigmatização pode se manifestar por meio de exclusão social, *bullying* e preconceito, tornando o ambiente escolar um lugar hostil e pouco acolhedor. Conseqüentemente, essas crianças acabam se sentindo deslocadas e, muitas vezes, optam por abandonar a escola novamente.<sup>106</sup>

Outro ponto relevante é que muitas dessas crianças são recrutadas ainda muito jovens e passam grande parte de sua infância e adolescência sob o controle de grupos armados. Durante esse período, é comum que elas não tenham acesso a qualquer tipo de educação formal ou

---

<sup>103</sup>ZIA-MANSOOR, Farkhanda. The dilemma of child soldiers: who is responsible? **King's Law Journal**, v. 16, n. 02, p. 388-399, 2005.

<sup>104</sup>DRUMBL, MARK A. **Reimagining child soldiers**: in international Law and Policy. New York: Oxford University Press, 2012.

<sup>105</sup>*Ibidem*.

<sup>106</sup>*Ibidem*.

instrução que possa oferecer oportunidades de emprego e facilitar sua integração à sociedade. Assim, a falta de escolaridade e qualificação profissional se torna um grande obstáculo quando são finalmente libertas, pois, após anos de cativo, a única “profissão” que conhecem é a de soldado.<sup>107</sup>

Listando os impactos da guerra sobre as crianças é uma tarefa tristemente direta: Morte. Centenas de milhares de crianças morrem de violência direta em guerras a cada ano.<sup>108</sup> (...) Ferimentos. Crianças sofrem uma variedade de ferimentos de guerra. Certas armas as afetam particularmente. Uma explosão de mina terrestre tem mais probabilidade de matar ou ferir gravemente uma criança do que um adulto.<sup>109</sup> (...) Deficiência. Milhões de crianças são deficientes por causa da guerra, muitas das quais têm acesso extremamente inadequado a serviços de reabilitação. (...) Crianças que sobrevivem a explosões de minas terrestres raramente recebem próteses que sejam capazes de acompanhar o crescimento contínuo de seus membros. Doença. As condições para a manutenção da saúde infantil se deterioram na guerra – nutrição, segurança da água, saneamento, habitação, acesso a serviços de saúde. (...) Estupro e prostituição para subsistência. (...) Sofrimento psicológico. (...) Impactos morais e espirituais. (...) Perdas sociais e culturais. (...) <sup>110</sup>

Assim, as infrações às normas do direito internacional, no caso específico do recrutamento infantil, não se limitam à privação da liberdade, mas se estendem a uma gama de violações dos direitos da criança. A privação do acesso à saúde, à educação, à formação profissional e aos cuidados básicos, aliada à violação de sua integridade física e moral, configura um conjunto de atrocidades que impede o desenvolvimento integral da criança.

Logo, as crianças envolvidas em conflitos armados podem ser vistas como uma distorção profunda da experiência da infância, caracterizando uma violação de seus direitos fundamentais. Nesse contexto, elas não devem ser encaradas como a causa do problema, mas sim como vítimas de uma emergência humanitária que demanda uma resposta global urgente. Todas as características e os impactos físicos e psicossociais citados até então são comuns em grande parte, senão todos, dos grupos armados que recrutam crianças-soldado. As crianças

<sup>107</sup>DRUMBL, MARK A. **Reimagining child soldiers**: in international Law and Policy. New York: Oxford University Press, 2012.

<sup>108</sup>MACHEL, G. (2000). The Impact of Armed Conflict on Children: A critical review of progress made and obstacles encountered in increasing protection for war-affected children. **International Conference on War-Affected Children**. Winnipeg, Canada.

<sup>109</sup>Pearn J. Children and war. **J Pediatric Child Health**. 2003; 39:166-72. Medline:12654137

<sup>110</sup>Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. **Croatian Medical Journal**, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024. Tradução nossa.

estão em constante estado vulnerável e precisam da proteção externa, ou do próprio governo ou de agentes internacionais. Mais especificamente para o caso da RDC, algumas missões de paz foram estabelecidas para a manutenção da paz e dentre suas atividades, buscaram impedir ou diminuir o recrutamento de crianças-soldado, bem como resgatá-los dos grupos armados e reintegrá-los na sociedade.

#### 4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS-SOLDADO NA RDC

A experiência das crianças-soldado pode variar em diversos aspectos, com níveis diferentes de trauma e exposição à violência. Por exemplo, ao retornarem às suas comunidades, essas crianças enfrentam realidades distintas, influenciadas por fatores como o grau de participação em hostilidades e o gênero. Observa-se um tratamento diferente em relação às meninas. Elas frequentemente enfrentam maior rejeição e estigmatização ao retornarem, uma vez que, na percepção da comunidade, foram "corrompidas" tanto física quanto moralmente por sua associação com os grupos armados<sup>111</sup>.

Crenças populares, como a ideia de que o "espírito pode surgir a qualquer momento", influenciam a percepção social dos jovens envolvidos em grupos armados, tornando-os vistos como indivíduos possuídos e, portanto, perigosos e imprevisíveis. Essa estigmatização dificulta enormemente a reintegração social desses jovens e torna o processo mais complexo.<sup>112</sup>

As pessoas têm medo de nós. Eles pensam que somos possuídos por espíritos. Tentamos cuidar de outras crianças que foram raptadas, para fazer companhia a elas. Mas nossos pais nos dizem para ficar longe de outras crianças que foram sequestradas. Eles querem que fiquemos com crianças que não foram raptadas para que as pessoas não pensem mal de nós (testemunho de uma ex-criança-soldado)<sup>113</sup>

Enfim, é comum que ex-combatentes infantis enfrentem sérias dificuldades ao tentar retornar às suas comunidades após o fim dos conflitos. Rejeitados por suas famílias e comunidades, eles encontram obstáculos significativos para encontrar moradia e emprego. Essa situação, agravada pela instabilidade social, econômica e política pós-conflito, transforma esses jovens em alvos fáceis, tornando-os bodes expiatórios para uma série de problemas sociais.<sup>114</sup> Apesar de terem sido forçados a se juntar a grupos armados, as crianças-soldado são frequentemente responsabilizadas pela sociedade por crimes que não cometeram. Seus traumas são ignorados e, muitas vezes, usados como justificativa para marginalizá-los ainda mais, criando uma profunda divisão entre eles e o resto da comunidade.

---

<sup>111</sup>KOVRT, Brandon A. et al. Comparison of Mental Health between Former Child Soldiers and Children Never Conscripted by Armed Groups in Nepal. Estados Unidos da América: **JAMA**, v. 300, n. 6, p. 691, 2008. Disponível em: 10.1001/jama.300.6.691. Acesso em: 23 out. 2024.

<sup>112</sup>BOYDEN, Jo; MANN, Gillian. Children's Risk, Resilience, and Coping in Extreme Situations. In: UNGAR, Michael; LIEBENBERG, Linda. Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience across Cultures and Contexts. [s.n]. **Thousand Oaks**: SAGE Publications, Inc. [s. v], 2005. p. 3–26.

<sup>113</sup>*Ibidem*.

<sup>114</sup>*Ibidem*.

No entanto, estudos indicam que a aceitação de ex-crianças-soldado pode ocorrer em algumas comunidades, embora esteja condicionada a diversos fatores, incluindo a demonstração de remorso sincero. Para isso, a comunidade frequentemente exige provas tangíveis de arrependimento, como a participação em ritos de purificação espiritual, como condição para a reintegração social.<sup>115</sup>

Um elemento crucial nesse processo de acolhimento e reintegração são os programas desenvolvidos por organismos internacionais como a ONU. Através de missões de paz e iniciativas como o DDR, a ONU oferece suporte essencial para a reabilitação e reinserção social de ex-crianças-soldado. Esses programas, que serão abordados nos próximos tópicos, desempenham um papel vital na oferta de serviços como aconselhamento psicológico, educação, treinamento profissional e apoio financeiro, visando garantir que esses jovens possam reconstruir suas vidas e se tornar membros ativos de suas comunidades.

#### **4.1. O papel da MONUSCO na proteção de crianças envolvidas em conflitos armados**

A MONUSCO tem suas raízes na MONUC, estabelecida em 1999 pela Resolução 1279 do Conselho de Segurança da ONU<sup>116</sup>. A MONUC foi criada inicialmente para monitorar o cessar-fogo acordado em Lusaka, em julho de 1999, e, posteriormente, suas atribuições foram ampliadas pelo Conselho de Segurança.

Após a eleição de Joseph Kabila em 2006, a MONUC continuou atuando no país, desempenhando um papel crucial na implementação de tarefas políticas, militares e de aplicação da lei, em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança. A missão buscava, entre outras coisas, resolver conflitos internos e promover a estabilidade na RDC.

A priori, a MONUC apresentou um caráter marcadamente multidimensional ao longo de sua atuação. Combinando elementos de *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding*, a missão buscou alcançar seus objetivos de forma abrangente. A proteção dos civis, como prioridade máxima, permeou todas as suas ações. É importante ressaltar que essas três frentes de trabalho não operaram de forma isolada, mas sim de forma integrada, adaptando-se às complexas dinâmicas do contexto local.<sup>117</sup>

---

<sup>115</sup>BOYDEN, Jo; MANN, Gillian. Children's Risk, Resilience, and Coping in Extreme Situations. In: UNGAR, Michael; LIEBENBERG, Linda. *Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience across Cultures and Contexts*. [s.n]. **Thousand Oaks**: SAGE Publications, Inc. [s. v], 2005. p. 3–26.

<sup>116</sup>Doc. ONU: **S/RES/1279** (1999). 30 nov. 1999. Working Group on Children and Armed Conflict.

<sup>117</sup>REYNAERT, J. (2010). **MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus**. International Peace Information Service.

Diante da persistência de conflitos e da proliferação de grupos armados na RDC, que cometiam graves violações dos direitos humanos, o Conselho de Segurança, por meio da Resolução 1925<sup>118</sup> de 2010, renomeou a MONUC para MONUSCO<sup>119</sup>. Essa mudança refletia a necessidade de uma missão mais elaborada e com um mandato mais amplo. Assim, a MONUSCO foi autorizada a utilizar todos os meios necessários para proteger civis, defensores dos direitos humanos e pessoal humanitário, além de apoiar o governo congolês nos esforços para estabilizar o país e consolidar a paz.<sup>120</sup>

A Resolução 2211<sup>121</sup> do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada em março de 2015, autorizou a extensão do mandato da MONUSCO até 25 de março de 2016, sendo essa uma das missões de paz mais caras da ONU. Nos últimos anos, a missão tem consumido recursos significativos. Entre julho de 2014 e julho de 2015, por exemplo, foram gastos US\$ 1.398.475.300, o que a colocou em segundo lugar em termos de custo, atrás apenas da Operação Híbrida da União Africana e Nações Unidas em Darfur (UNAMID)<sup>122</sup>.

Para cumprir seu mandato, a MONUSCO contou com um contingente de 19.784 pessoas, incluindo militares, observadores militares, policiais, civis estrangeiros e locais, e voluntários da ONU. Esse pessoal, proveniente de todos os Estados-Membros das Nações Unidas<sup>123</sup>, desempenha um papel crucial na proteção dos civis, no apoio ao governo congolês e na promoção da paz e da estabilidade na região.

Além disso, a MONUSCO possui uma seção específica dedicada à proteção de crianças, a *Child Protection Section*. Essa seção atua em diversas frentes para garantir a segurança e o bem-estar das crianças congoleesas, especialmente aquelas que vivem em áreas de conflito ou que foram recrutadas por grupos armados<sup>124</sup>. As atividades da seção incluem: a documentação de abusos contra crianças, como assassinatos, violência sexual e recrutamento forçado; o apoio a instituições que trabalham com crianças vítimas de violência; a realização de visitas a prisões para identificar e libertar crianças detidas ilegalmente; a prevenção do recrutamento infantil por

<sup>118</sup>Doc. ONU: **S/RES/1925** (2010). 28 maio 2010.

<sup>119</sup>*Ibidem*.

<sup>120</sup>*Ibidem*.

<sup>121</sup>Doc. ONU: **S/RES/2211** (2015). 26 mar. 2015.

<sup>122</sup>UNITED NATIONS. **General Assembly**. jan. 2015. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/C.5/69/17](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/69/17). Acesso em: 23 out. 2024.

<sup>123</sup>UNITED NATIONS. **Países-membros da ONU**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros9>. Acesso em: 23 out. 2024.

<sup>124</sup>MONUSCO. **MISSION DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR LA STABILISATION EN RD CONGO**. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/>. Acesso em: 24 out. 2024.

grupos armados; o monitoramento da aplicação das leis que protegem as crianças; e a realização de campanhas de conscientização sobre os direitos das crianças<sup>125</sup>.

Por fim, o *Bureau pour le Volontariat au Service de l'Enfance et de la Santé*<sup>126</sup> (BVSES)<sup>127</sup>, localizado na RDC, é um centro de acolhimento e reabilitação para crianças que foram vítimas de conflitos armados. Essas crianças, muitas vezes recrutadas por grupos armados ou separadas de suas famílias, encontram no BVSES um ambiente seguro e acolhedor onde recebem cuidados especializados. Desde sua criação em 1992, o BVSES tem sido um farol de esperança para milhares de crianças na RDC. Essa instituição resgatou mais de 7.500 crianças-soldado, incluindo meninas, de grupos armados, oferecendo-lhes um novo começo. Além disso, o BVSES acolheu e cuidou de mais de 5.700 crianças órfãs ou separadas de suas famílias, proporcionando-lhes um lar e cuidados essenciais. A educação também é uma prioridade: quase 50.000 crianças que tiveram seus estudos interrompidos por causa dos conflitos foram reintegradas nas escolas graças ao trabalho do BVSES<sup>128</sup>. Desse modo, a parceria entre o BVSES e a MONUSCO tem sido fundamental para alcançar esses resultados.

Logo, é possível afirmar que a MONUSCO desempenhou e continua desempenhando um papel crucial tanto na redução dos conflitos armados quanto na proteção das crianças na RDC.

## **4.2 A proteção das crianças-soldado pelo Direito Internacional Humanitário, a função do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a intervenção do Conselho de Segurança da ONU**

As Convenções de Genebra de 1949, embora se concentrem em conflitos internacionais, possuem um artigo comum (artigo 3º) que se aplica também a conflitos não internacionais, como os da RDC. O Protocolo I de 1977<sup>129</sup>, no artigo 77º, proíbe o recrutamento de menores de 15 anos para combates, mas permite o alistamento voluntário de maiores de 15 e menores

<sup>125</sup>MONUSCO. **Background.** Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/background.shtml>. Acesso em 24 out. 2024.

<sup>126</sup>Gabinete de Voluntariado ao Serviço da Criança e da Saúde (tradução livre).

<sup>127</sup>BUREAU POUR LE VOLONTARIAT AU SERVICE DE L'ENFANCE ET DE LA SANTÉ. Disponível em: <http://www.bves-rdc.org/MissionEn.htm>. Acesso em: 24 out. 2024.

<sup>128</sup>*Ibidem.*

<sup>129</sup>A RDC ratificou o I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra em 03 de junho de 1982. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp\\_viewStates=XPages\\_NORMStatesParties&xp\\_tratySelected=470](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp_viewStates=XPages_NORMStatesParties&xp_tratySelected=470). Acesso em: 25 out. 2024.

de 18 anos, priorizando os mais velhos<sup>130</sup>. Já o Protocolo II<sup>131</sup> reforça essa proibição, estabelecendo 15 anos como limite mínimo para participação em conflitos<sup>132</sup>. No entanto, essa idade ainda é considerada baixa, pois crianças nessa faixa etária podem não ter plena compreensão dos riscos envolvidos em conflitos armados.

O CICV desempenha um papel crucial na proteção integral de crianças em situações de conflito armado, desde o resgate até a reunificação familiar. Seus esforços se concentram em três áreas principais: a reunificação de crianças separadas de suas famílias, a prevenção e o combate ao recrutamento de crianças para grupos armados e a proteção de crianças privadas de liberdade.<sup>133</sup>

O CICV atua na prevenção do recrutamento de crianças-soldado de duas formas: fortalecendo o marco legal e realizando ações de campo. Além disso, também oferece treinamentos sobre Direito Internacional Humanitário para forças armadas, grupos armados e policiais, com o objetivo de conscientizar sobre a proibição do recrutamento e promover a desmobilização de crianças.<sup>134</sup> Na fase de prevenção, o CICV busca evitar o recrutamento infantil por meio de ações de conscientização e do fortalecimento de estruturas legais que protejam os direitos das crianças. Quando o recrutamento já ocorreu, a organização se dedica à desmobilização, oferecendo assistência em centros especializados, onde as crianças recebem apoio psicológico, médico e social. Além disso, participam de atividades que ajudam a fortalecer os laços com suas famílias e comunidades. Por fim, na etapa de reintegração, o CICV trabalha em parceria com famílias e comunidades para garantir que essas crianças possam retomar suas vidas, oferecendo suporte psicológico, acesso à educação e capacitação profissional, promovendo assim sua inclusão na sociedade de forma digna.<sup>135</sup> Em suma, o CICV enfatiza a importância da educação para proteger crianças do recrutamento forçado. Isso porque

<sup>130</sup>GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais**. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

<sup>131</sup>A RDC ratificou o II Protocolo Adicional às Convenções de Genebra em 12 de dezembro de 2002. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp\\_viewStates=XPages\\_NORMStatesParties&xp\\_treatySelected=475](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp_viewStates=XPages_NORMStatesParties&xp_treatySelected=475). Acesso em: 25 out. 2024.

<sup>132</sup>GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais**. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-II-conv-genebra-12-08-1949.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

<sup>133</sup>COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Protegendo as crianças no conflito armado**. 2007. Disponível em: <https://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/children-interview-101207.htm>. Acesso em: 10 nov. 2024.

<sup>134</sup>*Ibidem*.

<sup>135</sup>COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **RD do Congo: enfrentar o recrutamento de crianças por grupos armados**. 2015. Disponível em: [https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-enfrentar-o-recrutamento-de-criancas-por-grupos-armados#.VNzf\\_nF-K8](https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-enfrentar-o-recrutamento-de-criancas-por-grupos-armados#.VNzf_nF-K8). Acesso em: 10 nov. 2024.

a escola é um ambiente seguro onde as crianças aprendem e se desenvolvem, reduzindo o risco de serem aliciadas por grupos armados.

Em 2014, o CICV reuniu 283 crianças ex-combatentes com suas famílias e acompanhou mais de 576 crianças em processo de reintegração, oferecendo abrigo e cuidados em centros de recuperação ou em famílias acolhedoras.<sup>136</sup>

Da mesma forma, a questão da utilização de crianças em conflitos armados tem sido um foco constante nas discussões do Conselho de Segurança da ONU. A partir da resolução 1261 (1999)<sup>137</sup>, que condenou o recrutamento e o uso de crianças como soldados, o Conselho tem aprovado anualmente novas resoluções, fortalecendo o marco legal internacional para a proteção dessas crianças. A resolução 1314 (2000)<sup>138</sup>, por exemplo, destacou a importância do respeito ao Direito Internacional Humanitário e aos direitos humanos, incluindo a proteção específica às mulheres e meninas, que são particularmente mais vulneráveis em situações de conflito.<sup>139</sup>

Já a Resolução 1379 (2001)<sup>140</sup> do Conselho de Segurança da ONU foi um marco na proteção de crianças em conflitos armados, introduzindo o conceito da DDR. A Resolução 1460 (2003)<sup>141</sup> reforçou a importância da aplicação das normas internacionais de proteção às crianças, enfatizando a necessidade de equilibrar as sanções com a provisão de ajuda humanitária.

As resoluções 1539 (2004)<sup>142</sup> e 1612<sup>143</sup> (2005) do Conselho de Segurança da ONU complementaram as resoluções anteriores, fortalecendo o regime internacional de proteção a crianças em conflitos armados. A Resolução 1539 estabeleceu um marco importante ao exigir a criação de planos de ação nacionais para monitorar e reportar violações contra crianças, como o recrutamento e o uso de crianças como soldados.<sup>144</sup> Esses planos visavam coletar dados precisos e confiáveis para que a comunidade internacional pudesse tomar medidas eficazes. A Resolução 1612<sup>145</sup>, por sua vez, instituiu um Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança

---

<sup>136</sup>COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **RD do Congo: CICV reúne 152 ex-crianças-soldado com as suas famílias.** 2015. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-cicv-reune-152-ex-criancas-soldados-com-suas-familias>. Acesso em: 10 nov. 2024.

<sup>137</sup>Doc. ONU: **S/RES/1261** (1999). 30 ago. 1999. Working Group on Children and Armed Conflict.

<sup>138</sup>Doc. ONU: **S/RES/1314** (2000). 11 ago. 2000.

<sup>139</sup>*Ibidem*.

<sup>140</sup>Doc. ONU: **S/RES/1379** (2001). 20 nov. 2001.

<sup>141</sup>Doc. ONU: **S/RES/1460** (2003). 30 jan. 2003.

<sup>142</sup>Doc. ONU: **S/RES/1539** (2004). 22 abr. 2004.

<sup>143</sup>Doc. ONU: **S/RES/1612** (2005). 26 jul. 2005.

<sup>144</sup>Doc. ONU: **S/RES/1539** (2004). 22 abr. 2004.

<sup>145</sup>Doc. ONU: **S/RES/1612** (2005). 26 jul. 2005.

para acompanhar a implementação dos planos de ação e propor novas medidas de proteção, demonstrando o compromisso contínuo da ONU com essa causa.

Por fim, a Resolução 2225 (2015)<sup>146</sup> representou um avanço significativo na proteção de crianças em conflitos armados, consolidando os esforços anteriores e estabelecendo novas diretrizes. Essa resolução reafirmou a importância do Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança, criado pela Resolução 1612, para monitorar e reportar violações contra crianças, garantindo a continuidade da coleta e análise de dados precisos. Um dos pontos mais importantes da Resolução 2225 foi a exigência da libertação imediata de todas as crianças sob o controle de partes em conflito. A resolução também incentivou os Estados a adotarem medidas não judiciais para a reabilitação e reintegração dessas crianças, ressaltando que a detenção deveria ser utilizada como último recurso e por um período mínimo, evitando a criminalização de crianças vítimas de conflitos. Além disso, a Resolução 2225 reafirmou a política de "tolerância zero" para a violência sexual contra crianças em situações de conflito, destacando a necessidade de prevenção, responsabilização e assistência às vítimas.

Sendo assim, as referidas resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a proteção de crianças em conflitos armados representam um marco importante na luta pela defesa dos direitos da infância. Isso porque ao estabelecer mecanismos de monitoramento, exigir a libertação imediata de crianças e promover a reabilitação e reintegração, essas resoluções demonstram o compromisso da comunidade internacional em proteger as crianças. Para isso, observa-se que é necessário um esforço conjunto da comunidade internacional, incluindo Estados, ONGs, OIs e sociedade civil.

#### 4.2.1 O Programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)

O programa DDR da ONU<sup>147</sup> é uma iniciativa complexa que visa promover a paz e a estabilidade em países que emergem de conflitos armados. Ao desmobilizar ex-combatentes, incluindo crianças recrutadas para grupos armados, e oferecer oportunidades de reintegração social e econômica, o DDR busca prevenir a retomada dos confrontos e promover a construção de sociedades mais justas. Esse processo abrange diversas etapas, desde a desativação de grupos

<sup>146</sup>Doc. ONU: **S/RES/2225** (2015). 18 jun. 2015.

<sup>147</sup>O DDR ganhou destaque nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU a partir de 2000. O documento S/2000/101 sublinhou a importância do programa para o sucesso das missões de paz. Em 1999, o Conselho solicitou ao Secretário-Geral Kofi Annan que elaborasse relatórios detalhados sobre o DDR, com foco especial nas necessidades das crianças-soldado. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2000/20000323.sc6830.doc.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

armados e a coleta de armas até a reintegração social e econômica dos ex-combatentes, com foco em suas necessidades específicas, como educação, saúde e oportunidades de trabalho.<sup>148</sup>

A princípio, o programa DDR é composto por fases sequenciais e interligadas, cada uma com um objetivo específico, sendo cada palavra uma fase do programa. Inicialmente, o desarmamento consiste na coleta sistemática de armas de todos os tipos, desde pequenas armas até armamento pesado, incluindo munições e explosivos. Além disso, nessa fase, é fundamental documentar e controlar todo o material coletado para garantir sua destinação adequada. Em seguida, a desmobilização marca a saída formal dos combatentes de suas forças ou grupos armados. Nessa etapa, os ex-combatentes são recebidos em centros temporários, onde recebem assistência básica como alimentos, roupas, abrigo e cuidados médicos. Essa fase, conhecida como reinserção, tem como objetivo atender às necessidades imediatas dos ex-combatentes e suas famílias, durante um período que pode chegar a um ano. Por fim, a reintegração representa a transição completa dos ex-combatentes para a vida civil. Nessa última fase, são oferecidos programas de capacitação profissional, apoio à geração de renda e outras iniciativas que visam a inserção dos ex-combatentes no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Por isso, a reintegração é uma fase de longo prazo, que exige um investimento contínuo em desenvolvimento social e econômico, muitas vezes com o apoio de doadores internacionais.<sup>149</sup>

Os programas de DDR de ex-crianças-soldado, oferecem alguns serviços essenciais. Além de cuidados de saúde e terapia, visando à recuperação de traumas e à adaptação à vida civil, esses programas incluem atividades educativas e treinamento profissional<sup>150</sup>. Com o objetivo de garantir a reinserção social bem-sucedida dessas crianças, muitas iniciativas acompanham de perto o retorno delas às suas famílias e comunidades. Para tanto, é fundamental que sejam estabelecidas parcerias com instituições locais e organismos internacionais, a fim de promover o desenvolvimento de estruturas sustentáveis que beneficiem tanto os ex-combatentes quanto suas comunidades. Além disso, é crucial preparar as comunidades para receber essas crianças de volta, facilitando assim sua reintegração social<sup>151</sup>.

Os meninos e meninas com menos de 18 anos, por serem menores de idade, não podem ser legalmente recrutados para participar de conflitos armados. Assim, o processo de DDR para

---

<sup>148</sup>UNITED NATIONS DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION RESOURCE CENTRE. **DDR Defined**. Disponível em: [http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction\\_1.aspx](http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction_1.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

<sup>149</sup>Essa definição foi apresentada pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, em maio de 2005, por meio do documento A/C.5/59/31, em nota destinada à Assembleia Geral.

<sup>150</sup>DERLUYN, Ilse, et al. **Victims and/or perpetrators?** Towards an interdisciplinary dialogue on child soldiers. BMC international health and human rights 15.1. 2015. p. 1-13.

<sup>151</sup>GAJDOSOVÁ, Marie Anna. **Challenges of Child DDR: A Case Study of the Democratic Republic of the Congo**. 2020.

crianças envolve não apenas a reintegração social, mas também a libertação de um contexto de violência e exploração. Diferentemente dos adultos, as crianças não precisam necessariamente estar portando armas para serem consideradas parte de um grupo armado, o que significa que a fase de desarmamento pode não ser aplicável a elas.<sup>152</sup> E como mencionado anteriormente, as meninas, em particular, enfrentam desafios adicionais, como o medo e a vergonha, muitas vezes decorrentes de experiências de violência sexual.<sup>153</sup>

Além disso, a parceria entre a ONU e as ONGs é um fator crucial para o sucesso do DDR. Ao trabalhar em conjunto, essas organizações complementam seus esforços e maximizam o impacto de suas ações. Logo, as ONGs, com sua expertise e flexibilidade, podem alcançar comunidades de difícil acesso e oferecer serviços personalizados aos ex-combatentes e suas famílias.<sup>154</sup> Essa colaboração permite uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades complexas dos países em pós-conflito.

Em um relatório de 2010 intitulado "*DDR in Peace operations – a retrospective*"<sup>155</sup>, publicado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz, o então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, destacou que:

Em muitos aspectos, a gama de atividades que se enquadram no âmbito do "desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR)" é tão ampla quanto o escopo global do próprio sistema das Nações Unidas. Nos primeiros dias após a cessação das hostilidades, o DDR pode servir como uma medida vital de construção de confiança. O DDR figura proeminentemente nos mandatos das operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Nos últimos anos, também vimos que o DDR é tão crucial para a construção da paz, como refletido nas referências crescentes às tarefas do DDR em missões integradas de construção da paz. Não para mencionar a reintegração de ex-combatentes, que está intimamente relacionada com processos mais amplos de recuperação precoce e desenvolvimento. Nos vinte anos desde que a primeira operação de manutenção da paz com um mandato de DDR foi estabelecida na América Central, vimos que o DDR é uma ferramenta importante para países que emergem de conflitos para preparar o caminho para a paz, a recuperação e o

---

<sup>152</sup>UNITED NATIONS DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION RESOURCE CENTRE. **DDR Defined**. Disponível em: [http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction\\_1.aspx](http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction_1.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

<sup>153</sup>UNITED NATIONS DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION RESOURCE CENTRE. **Key Topics**: girls. Disponível em: [http://www.unddr.org/key-topics/children/girls\\_3.aspx](http://www.unddr.org/key-topics/children/girls_3.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

<sup>154</sup>UNITED NATIONS DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION RESOURCE CENTRE. **What is DDR**. Disponível em: [http://www.unddr.org/what-is-ddr/faq\\_4.aspx](http://www.unddr.org/what-is-ddr/faq_4.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

<sup>155</sup>DDR nas operações de paz – uma retrospectiva (tradução livre). **Peacekeeping**. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR\\_retrospective.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR_retrospective.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

desenvolvimento sustentáveis. Tenho orgulho dos meus colegas em toda a família das Nações Unidas envolvidos em atividades de DDR - desde operações de manutenção da paz até missões políticas especiais, agências, fundos e programas das Nações Unidas, que desempenham papéis de apoio cruciais no avanço dos objetivos finais das Nações Unidas.<sup>156</sup>

Dessa forma, o trecho destaca a importância e a abrangência do programa DDR nas operações de paz da ONU. Ban Ki-moon enfatiza que o DDR não se limita apenas ao desarmamento físico e no encerramento do conflito, mas engloba um conjunto de atividades que visam à construção de uma paz sustentável e a manutenção dela a longo prazo.

Enfim, a reintegração social de ex-crianças-soldado é um processo complexo que exige uma abordagem versátil. Após a desmobilização, muitos desses jovens são inseridos em programas de reinserção que visam facilitar sua transição para a vida civil. Para tanto, uma das estratégias mais eficazes para prevenir a reincidência no conflito é a promoção do acesso ao mercado de trabalho e à educação. Ao oferecer oportunidades de emprego e qualificação profissional, os programas de reintegração não apenas aumentam a autoestima e as perspectivas de futuro dessas crianças, mas também reduzem significativamente o risco de que elas sejam novamente recrutadas para grupos armados<sup>157</sup>.

Por fim, nessa etapa de reinserção social, a garantia de necessidades básicas, através de auxílio financeiro temporário, também é fundamental para garantir a sobrevivência e a estabilidade da criança e de sua família. Embora o retorno à educação formal seja importante para o desenvolvimento a longo prazo, a geração de renda imediata deve ser priorizada, uma vez que a falta de recursos financeiros é um dos principais fatores que levam crianças a se alistarem em grupos armados. Além do aspecto econômico, o apoio psicossocial é outro pilar fundamental dos programas de DDR. Através de terapias e acompanhamento psicológico, as crianças podem superar traumas, lidar com o estresse pós-traumático e reconstruir sua identidade.

#### 4.2.2 Os impactos da campanha "Crianças, não Soldados" da ONU na RDC.

O cargo de Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados foi criado para monitorar de perto as violações dos direitos das crianças em áreas de

---

<sup>156</sup>Tradução nossa.

<sup>157</sup>AFFONSO, Luiza Bizzo. **A Reintegração de ex-crianças-soldado: um panorama geral a partir do exemplo de Serra Leoa**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

conflito. Essa figura fundamental da ONU elabora relatórios anuais, oferecendo um panorama preciso da situação e permitindo que a comunidade internacional tome medidas mais adequadas para proteger as crianças<sup>158</sup>.

Em março de 2014, a então representante Leila Zerrougui lançou uma chamada urgente à ação com a campanha global 'Crianças, não Soldados'. Essa iniciativa, direcionada a sete países com altos índices de recrutamento infantil, incluindo a RDC, visava mobilizar a comunidade internacional para prevenir e eliminar o uso de crianças em conflitos armados até 2016. A campanha buscou não apenas sensibilizar a opinião pública mundial sobre a gravidade dessa violação dos direitos humanos, mas também pressionar governos e grupos armados a adotar medidas concretas para proteger as crianças. Através de diversas ações, como campanhas de comunicação, eventos de mobilização e diálogos com atores-chave, a iniciativa 'Crianças, não Soldados' contribuiu para colocar o tema no centro do debate global e impulsionar avanços na proteção das crianças em situações de conflito.

Em 2014, o presidente Joseph Kabila nomeou Jeannine Mabunda Lioko Mudiayi como Assessora Presidencial para a violência sexual e o recrutamento de crianças<sup>159</sup>, a qual fortaleceu significativamente a campanha 'Crianças, não Soldados' na RDC. Através de suas viagens pelo país e da produção de relatórios detalhados, a assessora Mabunda contribuiu para a implementação de ações concretas para prevenir e combater essas práticas, fortalecendo a proteção das crianças mais vulneráveis.

A campanha estabeleceu uma parceria estratégica com o UNICEF e diversas ONGs para fortalecer o compromisso dos governos em eliminar o recrutamento e o uso de crianças em conflitos armados. O plano de ação da campanha, que buscou o engajamento tanto nacional quanto internacional, propôs cinco medidas-chave<sup>160</sup>: a proibição formal do recrutamento infantil por parte dos comandantes militares; a libertação imediata de todas as crianças recrutadas; a garantia de programas de reintegração social para essas crianças; a criminalização do recrutamento e do uso de crianças em conflitos; e, por fim, a implementação de mecanismos eficazes de verificação de idade para prevenir a violação das leis internacionais que protegem a infância.

<sup>158</sup>Doc. ONU: **S/RES/1539** (2004). 22 abr. 2004

<sup>159</sup>OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT. **DRC: New Dawn in the Fight to End Sexual Violence and Child Recruitment and Use in Conflict.** Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/press-release/drc-new-dawn-in-the-fight-to-end-sexual-violence-and-child-recruitment-and-use-in-conflict/>. Acesso em: 18 out. 2024.

<sup>160</sup>OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT. **Timeline.** Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/mandate/timeline/>. Acesso em: 23 out. 2024.

### 4.3 Os desafios enfrentados pela RDC para garantir a proteção internacional das crianças

A década de 1990 marcou o início de um novo ciclo de conflitos na RDC, caracterizado por sua multiplicidade de atores. Além das forças estatais e grupos rebeldes, fatores como questões étnicas, colapso estatal, disputas por recursos naturais e o contexto regional contribuíram para intensificar os confrontos<sup>161</sup>. Consequentemente, a proliferação de grupos armados e a violência estatal agravaram a situação humanitária no país. Assim, as denúncias de violações dos direitos humanos por parte das forças de segurança persistem, evidenciando a dificuldade em superar esse legado de violência<sup>162</sup>.

O recrutamento de crianças-soldado na RDC agrava um cenário já complexo de conflitos armados internos. Diante desse quadro, a demanda por operações de paz da ONU aumenta, no entanto, a organização enfrenta limitações de recursos para atender a todas as solicitações. No caso da RDC, a vastidão do território, o difícil acesso a determinadas regiões e a falta de proteção aos civis agravam ainda mais a situação. A MONUC, por sua vez, embora teve uma vasta gama de responsabilidades, enfrentou dificuldades para cumpri-las devido à falta de recursos e orientação adequados<sup>163</sup>.

Ao estabelecer um mandato para uma missão de paz, o Conselho de Segurança deve priorizar explicitamente a proteção dos civis. Entretanto, essa tarefa complexa pode impactar a capacidade da missão de cumprir outros objetivos. É fundamental reconhecer que a presença dos *peacekeepers* gera expectativas na população local, e o não cumprimento dessas expectativas pode comprometer a legitimidade da missão tanto no âmbito político quanto no da proteção dos civis. Portanto, é essencial que o Conselho de Segurança estabeleça prioridades claras e instruções precisas para a missão, de modo a evitar a tomada de decisões contraditórias em situações de emergência.

Desde 2005, os relatórios anuais do Secretário-Geral da ONU começaram a incluir conteúdos sobre crianças e conflitos armados, sendo estes fundamentais para documentar a situação de crianças recrutadas e violentadas em diversas regiões do mundo, incluindo a RDC. Com base em investigações de campo e dados coletados, esses relatórios oferecem um panorama detalhado das violações sofridas por essas crianças, permitindo uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pela RDC na proteção de seus menores. Além de

---

<sup>161</sup>BRUSSET E. (2011). **Joint Evaluation of Conflict Prevention and Peacebuilding in the Democratic Republic of Congo**. Ohain, Channel Research.

<sup>162</sup>*Ibidem*.

<sup>163</sup>WEIR, E. A. (2010). **The Last Line of Defence**: How peacekeepers can better protect civilians. Refugees International.

diagnosticar a situação, os relatórios da ONU apresentam recomendações e planos de ação para fortalecer a proteção das crianças, contribuindo para sensibilizar a comunidade internacional sobre a gravidade dessas violações. Ao trazer à luz as atrocidades cometidas contra crianças-soldado, esses documentos pressionam os Estados a adotar medidas concretas para garantir o cumprimento dos direitos humanos e a proteção da infância.

O primeiro relatório descreve uma iniciativa crucial do governo da RDC, iniciada em 2005, denominada "*brassage*"<sup>164</sup>. Com o objetivo de unificar as diversas facções armadas e criar um exército nacional coeso, o *brassage* visava fortalecer a segurança interna. Ao integrar componentes de DDR, essa iniciativa tinha o potencial de retirar crianças-soldado dos conflitos e reintegrá-las à sociedade civil<sup>165</sup>. Consequentemente, possíveis menores de idade receberiam o auxílio necessário para retornar às suas famílias.

A expectativa era que o *brassage* contribuísse significativamente para a melhoria da segurança e a diminuição dos conflitos na RDC. Contudo, os resultados práticos, conforme demonstrados no primeiro relatório, divergiram dessa expectativa:

Desde o início, o processo enfrentou graves contratempos, incluindo má coordenação, falta de materiais e meios de transporte adequados no redesdobramento das brigadas integradas das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), além de atrasos significativos no pagamento dos salários das forças armadas<sup>166</sup>.

A questão do resgate de meninas se mostrou ainda mais complexa. Conforme o relatório 693 (2008)<sup>167</sup>, a falta de cooperação dos comandantes das facções foi um obstáculo significativo. Muitas vezes, esses líderes consideravam as meninas como suas esposas, o que dificultava sua libertação. Além disso, o estigma social e a falta de informação também impediam o resgate de muitas meninas. Uma vez que elas haviam sido vítimas de violência sexual, gravidez ou tinham se envolvido em atividades armadas, muitas vezes sentiam vergonha e medo de retornar às suas comunidades. Ou seja, a combinação da falta de cooperação dos comandantes, o estigma social e a falta de informação sobre seus direitos dificultava sobremaneira o resgate de meninas recrutadas por grupos armados.

---

<sup>164</sup>Doc. ONU: **S/2006/389** (2006). 13 jun. 2006. Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo.

<sup>165</sup>*Ibidem*.

<sup>166</sup>*Ibidem*. Tradução nossa.

<sup>167</sup>Doc. ONU: **S/2008/693** (2008). 10 nov. 2008.

Como consequência, há uma exclusão de muitas meninas do programa de DDR, seja por fuga ou por abandono pelas tropas e essas jovens ficam ainda mais vulneráveis<sup>168</sup>. Ao fugirem, elas ficam sujeitas a novos riscos, como o recrutamento por outros grupos armados. Dessa forma, a importância da participação de todos, tanto meninos quanto meninas, no processo de DDR torna-se evidente, uma vez que o programa oferece o apoio necessário para a reinserção social e familiar. Ademais, a fuga aumenta o risco de essas crianças sofrerem violência e até mesmo perderem a vida.

Diversos relatórios da ONU evidenciam falhas do governo na abordagem do problema das crianças-soldado. Embora o programa de DDR seja fundamental para resgatar e reintegrar essas crianças, sua implementação enfrenta diversos desafios. Isso porque a cooperação entre recrutadores e responsáveis pelo programa é essencial, mas a falta de segurança no país impede o avanço das operações. Consequentemente, a proteção e o resgate dessas crianças são comprometidos. O relatório 369 (2010), por exemplo, detalha as dificuldades encontradas na etapa final do processo de DDR, a reintegração:

Muitos desafios à reintegração bem-sucedida persistem, como a insegurança contínua e a presença de antigos recrutadores na mesma área, frequentemente impedindo uma reintegração viável às comunidades, além da insuficiência de processos formais de reintegração e acompanhamento de longo prazo, afetando a proteção de ex-crianças-soldado<sup>169</sup>.

Em outras palavras, a reintegração de ex-crianças-soldado, por meio do DDR, não garante a sua proteção a longo prazo. Uma vez que a insegurança persiste em suas comunidades, e na ausência de um acompanhamento adequado por parte do Estado, essas crianças permanecem vulneráveis ao recrutamento forçado. Afinal, sem apoio e oportunidades, elas podem ser facilmente aliciadas novamente por grupos armados que oferecem falsas promessas.

A falta de autoridade do Estado nas áreas de conflito, como demonstra o relatório 453 (2014), é agravada pela falta de controle sobre as forças armadas. Essa situação cria um ambiente propício à violação dos direitos das crianças, pois a ausência de fiscalização permite que criminosos contra crianças se infiltrem nas forças de segurança. Além disso, a deficiência de reformas no setor de segurança e a impunidade para crimes contra crianças perpetuam um

---

<sup>168</sup>Doc. ONU: **S/2008/693** (2008). 10 nov. 2008.

<sup>169</sup>Doc. ONU: **S/2010/369**. 9 jul. 2010. Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo. Tradução nossa.

ciclo de violência e insegurança. Consequentemente, as crianças continuam expostas a diversos riscos, incluindo o recrutamento forçado.

A análise dos relatórios da ONU, bem como das políticas implementadas pelos órgãos da Organização e pela MONUC, revela a extrema complexidade da situação das crianças-soldado na RDC. Consequentemente, a desmobilização e reintegração dessas crianças em um contexto de missão de paz, em um país marcado por conflitos seculares, apresenta desafios únicos. Além disso, a falta de cooperação de diversos atores envolvidos no conflito agrava ainda mais essa situação. Diante desse cenário, a elaboração de estratégias eficazes para combater o recrutamento e a utilização de crianças como soldados se torna uma tarefa árdua. É importante ressaltar que na RDC, essa prática é enraizada e, muitas vezes, vista como normal pela população, o que torna ainda mais urgente a adoção de uma estratégia de DDR que envolva ativamente as comunidades locais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, conclui-se que o recrutamento de crianças para conflitos armados é um problema enraizado e complexo, com uma longa história. Ao longo das décadas, a comunidade internacional passou por diversas etapas em sua busca por soluções. Com o passar do tempo, a gravidade da questão se tornou evidente, impulsionando debates e negociações no âmbito internacional. Apesar dos avanços obtidos, a questão das crianças-soldado ainda exige esforços contínuos em diversas frentes. Não apenas na prevenção do recrutamento infantil, mas também na garantia de uma recuperação e reinserção social adequadas para as crianças que foram vítimas desse crime.

Desse modo, a socialização em contextos de violência estrutural, como os vivenciados por crianças em zonas de conflito, perpetua um ciclo vicioso de violência<sup>170</sup>. O recrutamento de crianças-soldado, prática comum na República Democrática do Congo, exemplifica essa dinâmica. Ao serem expostas a um ambiente hostil desde tenra idade, essas crianças internalizam a violência como uma forma de resolução de conflitos e podem, no futuro, reproduzir esses padrões de comportamento. A proteção dos direitos das crianças e a prevenção do recrutamento infantil são, portanto, cruciais para romper esse ciclo e construir sociedades mais pacíficas. Na RDC, a utilização de crianças como soldados por diversos grupos armados, desde o início do conflito, demonstra a gravidade do problema e a necessidade de intervenções urgentes para proteger essas crianças e garantir seus direitos.

Diante da necessidade de proteger as crianças em situações de conflito, foram elaborados diversos tratados, convenções e protocolos, estabelecendo normas e padrões de conduta para garantir seus direitos. A evolução do direito internacional humanitário e dos direitos da criança reflete a crescente conscientização sobre a importância de proteger os mais vulneráveis em situações de guerra. Atualmente, a responsabilidade de proteger as crianças recai sobre os Estados, que devem adotar medidas concretas para prevenir e combater o recrutamento infantil.

No primeiro capítulo, a análise histórica do contexto ruandês e congolês, com destaque para a Conferência de Berlim, revela como as decisões tomadas no passado podem ter consequências duradouras e trágicas. Ao unificar artificialmente diferentes grupos étnicos, a colonização europeia criou as bases para conflitos futuros, culminando em um genocídio ruandês e duas Guerras do Congo. Dessa forma, a instabilidade política e social resultante desse

---

<sup>170</sup>WESSELLS, M. (2006). **Child Soldiers: from violence to protection**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

processo contribuiu para o recrutamento de crianças como soldados, perpetuando um ciclo de violência que se estende até os dias atuais. Logo, compreender as raízes históricas desses conflitos é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e para romper com esse ciclo vicioso.

O segundo capítulo aprofunda a análise do desenvolvimento infantil em contextos de conflito armado. A vivência da guerra na infância marca profundamente o indivíduo, deixando sequelas duradouras em sua trajetória de vida. A ausência de maturidade biológica e psicológica, característica da infância, torna as crianças particularmente vulneráveis aos traumas causados pela violência. A exposição constante a um ambiente hostil e destrutivo compromete o desenvolvimento saudável e integral, impactando diversos aspectos da vida, desde a saúde física e mental até as relações sociais e a capacidade de aprendizagem.

Os resultados desta pesquisa bibliográfica apontam para uma concentração de estudos que investigam as repercussões psicológicas nas crianças expostas a conflitos armados. Dentre os transtornos mais frequentemente identificados, destacam-se o transtorno de estresse pós-traumático, o transtorno de ansiedade, a depressão e os distúrbios do sono. Além dessas consequências diretas da exposição à violência, as crianças em situação de guerra também apresentam alterações comportamentais e afetivas, intensificadas por fatores de risco como a vulnerabilidade social, o recrutamento para grupos armados e a violência sexual.

Embora os estudos se concentrem majoritariamente nas repercussões psicológicas, a saúde física das crianças em contextos de conflito também é gravemente comprometida. A exposição à violência direta, aliada a condições de vida precárias, incluindo moradia inadequada, saneamento básico deficiente e insegurança alimentar, resulta em um quadro de vulnerabilidade que se agrava pela falta de acesso a serviços de saúde adequados. A ausência de cuidados médicos e de apoio psicossocial para as vítimas de conflitos intensifica o sofrimento dessas crianças e compromete seu desenvolvimento integral.

Já o terceiro capítulo evidencia os esforços conjuntos do governo, em parceria com a comunidade internacional e organizações não governamentais, para estabilizar os conflitos no país. Organizações como o CICV e a ONU desempenham papéis fundamentais na proteção dessas crianças, seja através de missões como a MONUSCO, seja através de programas como o DDR, que promove o resgate, a desmobilização e a reintegração social. Ambos incluem assistência psicossocial, educação e capacitação profissional, além de fortalecer leis e ações preventivas para evitar novos recrutamentos. Uma vez que essa estabilização seja alcançada, espera-se que os reflexos positivos se estendam a todos os setores da sociedade, especialmente às crianças que têm suas vidas interrompidas pela violência. A redução da violência e a criação

de um ambiente mais seguro são fundamentais para garantir o desenvolvimento integral dessas crianças.

Desse modo, a situação crítica da RDC ressalta a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura. Uma vez que a falta de infraestrutura adequada compromete a eficácia da ajuda externa, é crucial que os recursos destinados ao país sejam utilizados para fortalecer setores como segurança, educação e saúde. Afinal, sem uma base sólida em infraestrutura, a ajuda humanitária e os programas de desenvolvimento tendem a ser ineficazes a longo prazo, como demonstrado o exemplo de crianças que, mesmo tendo passado pelo DDR, são recrutadas novamente para grupos armados devido à falta de alternativas e à persistência da violência.

Por fim, conclui-se que diversos atores, como organizações internacionais, ONGs e governos, têm se unido em um esforço conjunto para proteger, resgatar e reinserir crianças recrutadas para conflitos armados. Embora não se tenha um número preciso de crianças ainda envolvidas nessa situação, a mobilização internacional e as ações locais demonstram um compromisso em erradicar essa prática. Através de programas de reabilitação, educação e proteção, busca-se garantir que essas crianças tenham a oportunidade de construir um futuro digno, livre da violência e com acesso a seus direitos básicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9 juin 2000 – **DÉCRET-LOI 066**: Portant démobilisation et réinsertion des groupes vulnérables présents au sein des forces combattantes. Art. 2. — Par groupes vulnérables, il faut entendre: les enfants soldats, filles ou garçons âgés de moins de 18 ans, qui constituent un groupe particulier justifiant une intervention humanitaire urgente, les invalides, les malades chroniques, les personnes âgées, les veuves et les orphelins à charge. Disponível em: <http://www.leganet.cd/Legislation/Droit%20Public/Defense/DL.066.09.06.00.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

A RDC ratificou o I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra em 03 de junho de 1982. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp\\_viewStates=XPages\\_NORMStatesParties&xp\\_treatySelected=470](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp_viewStates=XPages_NORMStatesParties&xp_treatySelected=470). Acesso em: 25 out. 2024.

A RDC ratificou o II Protocolo Adicional às Convenções de Genebra em 12 de dezembro de 2002. Disponível em: [https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp\\_viewStates=XPages\\_NORMStatesParties&xp\\_treatySelected=475](https://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp_viewStates=XPages_NORMStatesParties&xp_treatySelected=475). Acesso em: 25 out. 2024.

ABREU CAVALCANTI, Denise; BITTENCOURT CAVALCANTI, Eduardo. A vulnerabilidade de crianças nos conflitos armados. **Revista do Ministério Público Militar**, [S. l.], v. 50, n. 41, p. 65–106, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/365>. Acesso em: 20 maio 2024.

AFFONSO, Luiza Bizzo. **A Reintegração de ex-crianças-soldado**: um panorama geral a partir do exemplo de Serra Leoa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, Nathalia Santos. **Estupro como arma de guerra e os impactos institucionais em períodos pós-traumáticos**. Repositorio-aberto.up.pt, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/138427>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Álvarez, N. A., & Vila, C. V. (2011). De la infancia a la guerra: una continuidad mental. **Rev. Eleuthera**, 5, 51–76.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Democratic Republic of Congo**: Children at War. set. 2003. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/45b99fb12.html>. Acesso em: 18 jun. 2024

\_\_\_\_\_. **Democratic Republic of the Congo**: The call for tough arms controls. jan. 2006. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/43fb25db4.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

AUSTRIAN CENTRE FOR COUNTRY OF ORIGIN AND ASYLUM RESEARCH AND DOCUMENTATION (ACCORD). **Democratic Republic of the Congo**: 5th UNHCR Country of Origin Information Workshop. maio 2000. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/402d01524.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

Barbara, J. S. (2006). Impact of War on Children and Imperative to End War. **Croatian Medical Journal**, 47(6), 891–894. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2080482/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BBC BRASIL. **Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias**. abr. 2014. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407\\_ruanda\\_genocidio\\_ms](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms). Acesso em: 30 maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Entenda os fatos que levaram ao genocídio em Ruanda**. dez. 2008. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218\\_entenda\\_genocidio\\_ruanda\\_mv.s](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218_entenda_genocidio_ruanda_mv.s). Acesso em: 30 maio 2024.

BBC. **Joseph Kabila: DR Congo's presidente in profile**. 9 dez. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-16120557>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BETANCOURT, Theresa Stichick et al. **Sierra Leone's Former Child Soldiers: A Follow-Up Study of Psychosocial Adjustment and Community Reintegration**. jul. 2010. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=32b88ad7-ab40-4d43-a763-a1b34374f822%40sessionmgr198&vid=0&hid=128&bdata=Jmxhbm9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1sa>. Acesso em 28 jun. 2024.

Bezerra, C. B., Borges, L. M., & Cunha, M. P. (2019). Filhos das fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. **Rev. CES Psico**, 12(2), 26–40. <https://doi.org/10.21615/cesp.12.2.3>

BIAZATTI, Bruno de Oliveira. MARTINELLI, Eliza. WILLRICH, Emili. ADELINO, Nathalia Monte. Recrutamento Infantil: Uma Reflexão À Luz Do Estudo De Crianças Soldado Na República Da Colômbia E Na República Democrática Do Congo. In: TENÓRIO, Vivianne Wanderley Araújo. FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. **Crianças, Infância E Conflitos Armados: Análises Das Conjunturas Global E Regionais**. Erechim: Deviant, 2017. Brasil.

BION, W. (1961). **Experiencias en grupos**. Buenos Aires: Editorial Paidós.

BOYDEN, Jo; MANN, Gillian. Children's Risk, Resilience, and Coping in Extreme Situations. In: UNGAR, Michael; LIEBENBERG, Linda. **Handbook for Working with Children and Youth: Pathways to Resilience across Cultures and Contexts**. [s.n]. **Thousand Oaks**: SAGE Publications, Inc. [s. v], 2005. p. 3–26.

BRUSSET E. (2011). **Joint Evaluation of Conflict Prevention and Peacebuilding in the Democratic Republic of Congo**. Ohain, Channel Research.

BUREAU POUR LE VOLONTARIAT AU SERVICE DE L'ENFANCE ET DE LA SANTÉ. Disponível em: <http://www.bves-rdc.org/MissionEn.htm>. Acesso em: 24 out. 2024.

CARDOSO, Elaine Souza Duarte. **O estudo da infância e a consideração de novos atores nas relações internacionais sob a ótica do caso das crianças-soldado na República Democrática do Congo**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). **UNICEF: recrutamento forçado de crianças-soldado deve cessar.** fev. 2010. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/27400-unicef-recrutamento-forcado-de-criancas-soldado-deve-cessar>. Acesso em: 30 maio 2024.

Chelotti, J. D., & Richte, D. (2016). A infância perdida das crianças e adolescentes envolvidos em conflitos armados. In: **XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Anais. Universidade de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Protegendo as crianças no conflito armado.** 2007. Disponível em: <https://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/children-interview-101207.htm>. Acesso em: 10 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. **RD do Congo: CICV reúne 152 ex-crianças-soldado com as suas famílias.** 2015. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-cicv-reune-152-ex-criancas-soldados-com-suas-familias>. Acesso em: 10 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. **RD do Congo: enfrentar o recrutamento de crianças por grupos armados.** 2015. Disponível em: [https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-enfrentar-o-recrutamento-de-criancas-por-grupos-armados#.VNzf\\_nF-K8](https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-enfrentar-o-recrutamento-de-criancas-por-grupos-armados#.VNzf_nF-K8). Acesso em: 10 nov. 2024.

**Congo Belga: a brutalidade transformada em genocídio | Agemt | Jornalismo PUC-SP.** Pucsp.br. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/congo-belga-brutalidade-transformada-em-genocidio#:~:text=Em%201908%2C%20a%20press%C3%A3o%20das,30%20de%20junho%20de%201960>. Acesso em: 15 maio 2024.

CORREIA, Ana Catarina Amaral. **Crianças - soldado: o problema no caso de Darfur** *Repositório Institucional da Universidade do Minho*, 2013.

D'ALESSANDRA, Federica. **The Psychological Consequences of Becoming a Child Soldiers: Post-Traumatic Stress Disorder, Major Depression, and Other Forms of Impairment.**

DE PAIVA, G. A. A. A Reintegração de Crianças-Soldado nas Operações de Paz da ONU. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017. DOI: 10.26792/rbed.v3n2.2016.73139. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/73139>. Acesso em: 18 jun. 2024.

**Democratic Republic of the Congo: 5th UNHCR Country of Origin Information Workshop, Bratislava, 13-14 December 1999, Final Report | Refworld.** Refworld. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/accord/2000/en/34640>. Acesso em: 15 maio 2024.

DERLUYN, Ilse, et al. **Victims and/or perpetrators? Towards an interdisciplinary dialogue on child soldiers.** *BMC international health and human rights* 15.1. 2015. p. 1-13.

Doc. ONU: **S/2006/389** (2006). 13 jun. 2006. Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo.

\_\_\_\_\_ **S/2008/693** (2008). 10 nov. 2008. p. 15.

\_\_\_\_\_ **S/2010/369**. 9 jul. 2010. Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1261** (1999). 30 ago. 1999. Working Group on Children and Armed Conflict.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1279** (1999). 30 nov. 1999. Working Group on Children and Armed Conflict.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1314** (2000). 11 ago. 2000.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1379** (2001). 20 nov. 2001.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1460** (2003). 30 jan. 2003.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1539** (2004). 22 abr. 2004.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1612** (2005). 26 jul. 2005.

\_\_\_\_\_ **S/RES/1925** (2010). 28 maio 2010.

\_\_\_\_\_ **S/RES/2211** (2015). 26 mar. 2015.

\_\_\_\_\_ **S/RES/2225** (2015). 18 jun. 2015.

DÖPCKE, Wolfgang. Há uma luz no coração das trevas? Guerra e paz no Congo. **Meridiano 47: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. jan. 2002. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=87d8c49c-300f-4a27-ac7c-590bbcd46a0%40sessionmgr111&vid=1&hid=128>. Acesso em: 15 maio 2024.

DRUMBL, MARK A. **Reimagining child soldiers: in international Law and Policy**. New York: Oxford University Press, 2012.

EVANGELISTA, Giovanna Mara. **O direito internacional e crianças-soldado em meio a conflitos armados**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.

FERRIS, E. G. (2011). **The Politics of Protection: The Limits of Humanitarian Intervention**. Washington: The Brookings Institution.

FRISSE, Giovana Maria. Crianças-soldado no conflito em Serra Leoa: direitos humanos, direito internacional humanitário e/ou direito internacional penal. **Revista de Direito Internacional**. 2012. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/1845>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **População estimada pelo IBGE segundo faixas etárias.**

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10127.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10127.htm). Acesso em 01 maio 2024.

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. **Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais.** Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. **Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais.** Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-II-conv-genebra-12-08-1949.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

GAJDOSOVÁ, Marie Anna. **Challenges of Child DDR: A Case Study of the Democratic Republic of the Congo.** 2020.

Guerra, N. G., & Dierkhising, C. (2011). **Os Efeitos da Violência Comunitária no Desenvolvimento da Criança.** Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância, 1–6.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Congo, Reluctant Recruits: Children and Adults Forcibly Recruited For Military Service in North Kivu.** maio 2001. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3bd0239ad.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

KISANGANI, Ef. **Conflite in the Democratic Republic of Congo: A Moisaic of Insurgent Groups.** *International Journal on World Peace*. set. 2003. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=9637b943-e63c-4d6f-9116-790f7a0de1e6%40sessionmgr4001&vid=1&hid=4106>. Acesso em: 30 maio 2024.

KOVRT, Brandon A. et al. **Comparison of Mental Health between Former Child Soldiers and Children Never Conscripted by Armed Groups in Nepal.** *Estados Unidos da América: JAMA*, v. 300, n. 6, p. 691, 2008. Disponível em: 10.1001/jama.300.6.691. Acesso em: 23 out. 2024.

Krug EG et al., eds. **World report on violence and health.** Geneva, World Health Organization, 2002.

LEAL, Santana; OLIVEIRA, Thais Adileu. **Compreendendo o uso de crianças-soldados no cenário penal internacional: uma análise de suas causas e consequências.** *Revista do CEPEJ*, n. 23, 2021. Disponível em: <<https://revista.cepej.com.br/index.php/rcepej/article/view/53>>. Acesso em: 20 maio 2024.

LIRA, Fernanda Matos. **O desafio à proteção das crianças-soldado na República Democrática do Congo.** Ibict.br. Disponível em:

[https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEUB\\_f6b0aef93c6043347d9d1d1a1c026855](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEUB_f6b0aef93c6043347d9d1d1a1c026855). Acesso em: 20 maio 2024.

LUZ, Natalia da. **República Democrática do Congo**: a independência do país que viveu um dos mais cruéis regimes coloniais da África. jun. 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/republica-democratica-congo-54-anos-de-independencia-pais-que-viveu-um-dos-mais-cruéis-regimes-coloniais-da-africa>. Acesso em: 15 maio 2024.

Machado, C. B. de L. S. (2016). **As crianças-soldado em África**: O caso do Uganda [Master's thesis, Nova University of Lisbon]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/19667>

MACHEL, G. (2000). The Impact of Armed Conflict on Children: A critical review of progress made and obstacles encountered in increasing protection for war-affected children. **International Conference on War-Affected Children**. Winnipeg, Canada.

MARCOLINO, MAYRA. [pt] **O REGIME INTERNACIONAL DA CRIANÇA-SOLDADO E SUA APLICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DA MONUC NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**. Ibict.br. Disponível em: <[https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_RIO-1\\_ed8890059342e0b3210b003d2f9887df](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_ed8890059342e0b3210b003d2f9887df)>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MARTINS, Passos. **Crianças em violência armada organizada e crianças-soldado: políticas de proteção e reintegração para jovens em conflitos armados**. Ibict.br. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/%C3%82nima\\_37f1f10d57be4622e2ad931c95db0b5e](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/%C3%82nima_37f1f10d57be4622e2ad931c95db0b5e). Acesso em: 18 jun. 2024.

Mereles, D. S. E. (2021). **Guerra, violencia e infancia, desde una perspectiva internacional**. Monografia (Graduação). Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

MCMULLEN, John et al. Group trauma-focused cognitive-behavioural therapy with former child soldiers and other war-affected boys in the DR Congo: a randomised controlled trial. **Journal of Child Psychology & Psychiatry**. nov. 2013. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=c26182b3-4383-47a4-b67c-8deb98114b8a%40sessionmgr115&vid=0&hid=128&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1sa>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MONUSCO. **Background**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/background.shtml>. Acesso em 24 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **MISSION DE L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR LA STABILISATION EN RD CONGO**. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/>. Acesso em: 24 out. 2024.

MORALES, Waltraud Queiser. As meninas-soldado: outra face da exploração sexual e da violência de gênero. **Revista Air & Space Power**. Disponível em:

<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2008/3tri08/morales.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo: RDC**. 2011. p. 21. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT. **DRC: New Dawn in the Fight to End Sexual Violence and Child Recruitment and Use in Conflict**. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/press-release/drc-new-dawn-in-the-fight-to-end-sexual-violence-and-child-recruitment-and-use-in-conflict/>. Acesso em: 18 out. 2024.

---

\_\_\_\_\_. **Timeline**. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/mandate/timeline/>. Acesso em: 23 out. 2024.

ONU. (1989). **Convenção sobre os Direitos das Crianças**. UNICEF.

\_\_\_\_\_. (1996). **Relatório Graça Machel**. UNICEF.

\_\_\_\_\_. (1996). **The State of the World's Children: Children in war**. UNICEF

\_\_\_\_\_. (2016). **DRC Humanitarian Situation Report**. UNICEF.

\_\_\_\_\_. **A ONU e as crianças**. 2010. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/acao/criancas/>. Acesso em: 09 maio 2024.

\_\_\_\_\_. **Peacekeeping**. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR\\_retrospective.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/DDR_retrospective.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

\_\_\_\_\_. (1959). **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. UNICEF.

Paiva, Giovanna. (2017). **A Reintegração de Crianças-Soldado nas Operações de Paz da ONU**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. 3. 10.26792/rbed.v3n2.2016.73139.

Pearn J. Children and war. **J Pediatric Child Health**. 2003; 39:166-72. Medline:12654137

PEREIRA, Juliana de Albuquerque. O recrutamento de crianças e adolescentes por grupos armados na contemporaneidade e a resposta das instituições internacionais. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

Picón, Y. R., & Plazas, Y. C. (2008). El juego de la guerra, niños, niñas y adolescentes en el conflicto armado en Colombia. **Tabula Rasa**, 8, 197–210. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PIMENTEL, Dinarco. Uma Análise ao Julgamento do Caso Lubanga pelo ICC. **Working Papers do Instituto Jurídico Portucalense**, Universidade Portucalense, p. 1-26, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. 2002. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm). Acesso em 23 out. 2024.

RAKE, Alan. Where Kabila went wrong. **New African**. mar. 2001. Disponível em:

<http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=b5d8d428-a1e1-481c-baea-31a4c02c65b0%40sessionmgr4005&crlhashurl=login.aspx%253fdirect%253dtrue%2526hid%253d410>. Acesso em: 30 maio 2024.

RAMME, Oliver. **1965: Mobutu dá golpe e se torna presidente do Congo**. nov. 2014.

Disponível em: <http://www.dw.com/pt/1965-mobutu-d%C3%A1-golpe-e-se-torna-presidente-do-congo/a-335596>. Acesso em: 15 maio 2024.

REYNAERT, J. (2010). **MONUC/MONUSCO and Civilian Protection in the Kivus**. International Peace Information Service.

REYNTJENS, F. Briefing: the Democratic Republic of Congo, from Kabila to Kabila.

**African Affairs**. abr. 2001. Disponível em:

<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=3da4f0c0-1cff-4ef6-ab9e-667be89cf9df%40sessionmgr4005&vid=1&hid=4106>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Scussel, B. D. (2018). **Os impactos do refúgio para as crianças e adolescentes: a Crise dos Refugiados do Século XXI**. Monografia (Especialização). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4082>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. **Millenium: Journal of International Studies** 2011. 05 ago. 2011. Disponível em:

<http://mil.sagepub.com/content/40/1/167> . Acesso em: 05 maio 2024.

SCHAUER, Elisabeth; ELBERT, Thomas. **The Psychological Impact of Child Soldiering**. [S. l.], p. 311–360, 2010.

SILVA, Cintia Campos da. **A proteção das crianças (soldado) em conflitos armados à luz do direito internacional: quais desafios?** 2016. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Igor Castellano da. **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. **Guerra sem fim? Conheça as raízes do conflito no Congo que em quase 20 anos matou 6 milhões de africanos**. dez. 2013. Disponível em: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/267> . Acesso em: 30 maio 2024.

SINGER, P. W. (2006). **Children and War**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

SOARES, Mayla Oliveira. **Consequências psicológicas e físicas em crianças em situação de conflito armado**: revisão integrativa da literatura. 2022. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Curso de Bacharelado em Psicologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2022.

UNITED NATIONS DISARMAMENT, DEMOBILIZATION AND REINTEGRATION RESOURCE CENTRE. **DDR Defined**. Disponível em: [http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction\\_1.aspx](http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction_1.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

---

\_\_\_\_\_. **Key Topics**: girls. Disponível em: [http://www.unddr.org/key-topics/children/girls\\_3.aspx](http://www.unddr.org/key-topics/children/girls_3.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

---

\_\_\_\_\_. **What is DDR**. Disponível em: [http://www.unddr.org/what-is-ddr/faq\\_4.aspx](http://www.unddr.org/what-is-ddr/faq_4.aspx). Acesso em: 09 nov. 2024.

UNITED NATIONS. **General Assembly**. jan. 2015. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/C.5/69/17](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.5/69/17) . Acesso em: 23 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Países-membros da ONU**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros9>. Acesso em: 23 out. 2024.

Vicente, Sarah Ghannage . **Crianças em conflitos armados**: a dissonância entre a proteção internacional e a realidade das crianças-soldado em países do sul global. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

WEIR, E. A. (2010). **The Last Line of Defence**: How peacekeepers can better protect civilians. Refugees Interational.

WESSELLS, M. (2006). **Child Soldiers**: from violence to protection. Cambridge, MA: Harvard University Press.

WORLD BANK. **Democratic Republic of Congo**. Disponível em: [http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep#cp\\_wdi](http://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep#cp_wdi) . Acesso em: 07 maio 2024.

ZIA-MANSOOR, Farkhanda. The dilemma of child soldiers: who is responsible? **King's Law Journal**, v. 16, n. 02, p. 388-399, 2005.